

O Congresso Confederal tem decorrido com entusiasmo

Tem sido analisada a questão dos deportados e dos presos sem culpa formada. — Armando Borghi, representante da A. I. T., fez um brilhante discurso. — Chegaram a Santarém dois delegados da Confederação Nacional do Trabalho de Espanha que foram carinhosamente acolhidos pelo Congresso

SANTARÉM, 24.—Conforme comunicação telefónica que fiz, às 21 horas de ontem reabriu a 1.ª sessão do Congresso Confederal. O presidente informa que estão sobre a mesa grande número de telegramas e ofícios de saudação que os secretários têm ao Congresso. São eles, telegramas: Corticeiros do Barreiro, Sociedade Esperantista «Nova Voz», Secção Portuguesa do Socorro Vermelho, Sindicato dos Descarregadores da Vala do Descarregado, presos sociais do governo civil, pescadores de Peniche, Mário Azevedo e Gomes Amaral, Federação Empregados no Comércio (Junta Norte), S. Construção Civil, S. Pessoal dos Caminhos de Ferro do Sul e Sueste, Francisco Pedro Martins, pessoal operário do Manicómio Miguel Bombarda, S. Construção Civil de Almada, operários indústria de conservas de Peniche, U. S. O. de Évora, S. Manufactores de Calçado de Lisboa, S. U. Metalúrgico de Lisboa, um grupo rural de Évora. Ofícios são os seguintes: Federação Juvenil Sindicalista, Núcleo Juvenil Sindicalista de Lisboa, U. S. O. de Faro e presos sociais.

Fim da leitura do expediente iniciou-se a discussão do regulamento do Congresso por especialidade. Sobre o primeiro artigo falou Artur Cardoso que alvitra que se inclua no regulamento a representação da Federação das Juventudes Sindicalistas.

António F. Júnior propõe que seja também incluída a A. I. T., na pessoa do seu representante Armando Borghi, que se encontra presente.

M. J. de Sousa converteu em proposta estes alvitres à qual deu a seguinte redacção:

«Proporho que seja acrescentado ao art. 1.º: a) a Federação das Juventudes Sindicalistas; f) a A. I. T. Com a aprovação desta proposta ficou igualmente aprovado o art. 1.º»

O delegado da F. E. Comércio, zona norte, ao discutir-se o segundo número, lembra a conveniência do Congresso salvaguardar a situação dos organismos no pé de igualdade do que ele representa.

O presidente adverte que só o organismo que o orador representa está nessa situação. Como já está estabelecida a plataforma para a representação da F. E. Comércio julga descaídos os receios do seu representante. Aprovado, sem mais discussão o artigo 2.º, discute-se agora o 3.º

Virgílio Moura Pinto propõe a seguinte alteração: «em vez de por operários, por trabalhadores.»

M. J. de Sousa não reconhece importância à alteração. Em seu entender operários e trabalhadores é a mesma coisa.

F. Viana diz que o Congresso não deve fazer distinção entre operários e trabalhadores.

Passou-se à votação da alteração de Virgílio Moura que foi rejeitada, ficando o artigo 3.º aprovado com a redacção primitiva.

Sobre o 4.º pronunciaram-se: Rozendo José Viana que lembra que para efeito de votações os delegados com voto deliberativo deviam ocupar na sala um lugar diferente dos que apenas têm voto consultivo.

Com este alvitre concorda Santos Júnior que propõe para os segundos as frizas do teatro onde estamos reunidos. Contestando esta prescrição falam Santos Ivo e Jerónimo de Sousa. O último orador alvitra que as votações de importância se façam por votação nominal.

Falam ainda Francisco Costa e Santos Júnior, o primeiro combatendo a distinção de lugares, o segundo defendendo-a.

José Martins Grilo entende que os delegados não devem separar-se, pois alguns deles têm uma dupla representação. Além disso há assuntos de interesse dos delegados com voto deliberativo que têm que ser tratados com alguns representantes de Federações. Apresenta como exemplo o seu caso. Representa uma Federação que tem que concertar trabalhos com os delegados dos organismos que a compõem. Ao terminar o orador pergunta qual é o voto que o Congresso confere à F. Juventude, se deliberativo ou consultivo.

Francisco Dias ignora qual o voto que é conferido aos organismos centrais.

Emídio Santana diz que à F. das Juventudes deve ser dado voto consultivo.

Virgílio Moura defende o princípio de votação uniforme.

Elisio de Sousa requer que se dê por discutido o assunto sem prejuízo dos oradores inscritos.

Francisco Ferreira envia um outro requerimento com o mesmo fim, mas com prejuízo dos oradores inscritos. Foi aprovado o segundo requerimento.

Foi concedido voto consultivo à Juventude Sindicalista

Saúl de Sousa requer para que seja votada a proposta de Santos Júnior. Este requerimento foi rejeitado e com ele a proposta rejeitada.

Emídio Santana manda para a mesa a seguinte proposta:

«Proporho que à F. das Juventudes Sindicalistas seja dado voto consultivo nos assuntos que interessam mutuamente as duas organizações». Aprovado, terminando assim a discussão do artigo 4.º. O 5.º, 6.º e 7.º foram aprovados sem discussão. Discute-se agora o artigo 8.º

Felício Baptista propõe a alteração seguinte:

«Proporho que o tempo que cada delegado deve usar da palavra sobre cada um dos trabalhos seja regulada da seguinte forma:

Pela primeira vez durante 10 minutos e da segunda 5 exceptuando-se os relatores das teses.»

Santos Arranha não concorda com a proposta, pois devem surgir assuntos para os quais não é possível estabelecer tempo de discussão. Cada orador é que deve escrupulizar-se por ser o mais rápido possível.

Felício Baptista defende a sua proposta e Rozendo J. Viana emite o parecer de que deve conceder-se ampla liberdade para todas as discussões.

José Fragoço propõe:

«Em virtude de julgar atentatória, contra a liberdade de expressão a proposta que determina o tempo para tratar de todos os assuntos, proponho que fique sob a consciência de cada congressista, ser o mais breve possível na discussão.»

Foi aprovada por maioria.

O artigo 9.º, que é o último, foi aprovado sem discussão.

Como houvesse dúvidas sobre a quem competiria dirigir os trabalhos subsequentes, M. J. de Sousa lembra que continuamos na 1.ª sessão, que deve até final conservar a mesma mesa. Assim se resolve.

Proseguindo nos trabalhos, o presidente informa o Congresso de que foram dirigidos à comissão organizadora alguns trabalhos que não estão incluídos na ordem de trabalhos. A exemplo das formulas seguidas deve nomear-se uma comissão de pareceres a qual emitirá o voto sobre os mesmos trabalhos.

Trava-se larga discussão sobre as funções que vão ser cometidas à comissão de pareceres. Falam diversos oradores e António F. Júnior propõe que o Congresso tome conhecimento de todos os documentos presentes.

Jerónimo de Sousa em contra-proposta apresenta o seguinte:

«Proporho que seja nomeada a comissão de pareceres que apresentará o seu parecer, fazendo simultaneamente a leitura dos documentos para que o Congresso dele tenha conhecimento». Admitida, Saul de Sousa requer que seja votada a moção de Jerónimo de Sousa. Foi aprovado este requerimento, nomeando-se em seguida a comissão de pareceres, cujos nomes a Batalha ontem publicou. Em seguida foi eleita a mesa que deve dirigir os trabalhos da 2.ª sessão que imediatamente é aberta, eram 22,30 horas. Os nomes que a compõem já enviamos.

2.ª Sessão

Exige-se o imediato regresso dos deportados

Ao assumir a presidência Felício Baptista pede ao Congresso que o auxilie na direcção dos trabalhos a fim de que estes decorram normalmente. Passou-se em seguida ao período, «Comunicações livres» tendo-se inscrito grande número de delegados.

O primeiro a fazer uso da palavra foi Alves Pereira que, em nome da comissão nomeada no Congresso Gráfico que há dias encerrou os seus trabalhos, apresentou a seguinte saudação:

«Em nome do 2.º Congresso da Federação Portuguesa dos Trabalhadores do Livro e do Jornal, veem os abaixo assinados trazer, junto ao Congresso Confederal, as mais efusivas e afectuosas saudações desse Congresso, Pequeno no numero mas grande, mesmo imenso nas suas ideias, este Congresso representou para a família Gráfica portuguesa e para o proletariado em geral, um passo agigantado para a vitória, para o triunfo dos princípios e doutrinas do sindicalismo revolucionário. Assim o Congresso da Federação Portuguesa dos Trabalhadores do Livro e do Jornal saudando novamente os ilustres congressistas, emite o voto e afirma o seu desejo de que, deste Congresso saiam trabalhos práticos atinentes à conquista, para todos os explorados, daquilo a que eles têm incontestável direito.

Santarém, 23 de Setembro de 1925.

A Comissão nomeada pelo Congresso Gráfico

António Alves Pereira, Carlos José de Sousa, António de Carvalho.

Artur Cardoso apresenta a seguinte moção, que defende calorosamente:

«Considerando que os trabalhadores organizados reunidos na cidade de Santarém o seu 1.º Congresso Confederal não podem deixar passar com o seu silêncio as atrocidades que se estão cometendo no território da República Portuguesa;

Considerando que a actual situação que se está desenrolando não só em matéria de perseguições como de espancamentos e torturas infligidas aos indivíduos que têm a infelicidade de cair nas mãos dos mentores desta democrática república, é tudo quanto há de mais ilegal e anti-humano pois sintetiza a completa negação de tudo quanto em matéria de liberdade foi outrora apreço e depois tornado em leis que regem este sonho dourado de uns e inferno de outros;

Considerando que a actual Constituição da República diz no seu artigo 3.º: A Constituição garante a portugueses e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade, a segurança individual, etc;

Considerando que a mesma Constituição diz no parágrafo 4.º do mesmo artigo: A liberdade de consciência e de crença é inviolável e o parágrafo 6.º diz: Ninguém pode ser perseguido por motivos de religião, nem perguntado por autoridade alguma acerca da que professa;

Considerando que no mesmo artigo no parágrafo 15 diz que: «É garantida a inviolabilidade de domicílio, de noite e sem consentimento do cidadão, só se poderá entrar na casa deste a reclamação feita de dentro ou para acudir a vítimas de crime

ou desastre, de dia nos casos e pela forma que a lei determina». Diz também o parágrafo 22: «Em nenhum caso poderá ser estabelecida a pena de morte, nem as penas corporais perpétuas ou de duração ilimitada»;

Considerando que o artigo 3.º e seus parágrafos é a negação completa ao procedimento actual não só dos poderes constituídos, como das próprias autoridades;

Considerando que existe uma lei que determina que nenhum cidadão poderá estar preso além de 8 dias sem culpa formada, mas que actualmente se mantêm presos longos meses nas masmorras democráticas;

Considerando que a actual situação reaccionária é necessário opormos a nossa acção libertadora;

Os trabalhadores reunidos em Santarém no seu 1.º Congresso Confederal resolvem:

1.º Saludar todas as vítimas da reacção capitalista internacional;

2.º Enviar telegramas ao presidente da República e presidente do Ministério exigindo o imediato regresso dos deportados e a libertação dos presos por questões sociais sem culpa formada;

3.º Reclamar a indemnização por perdas e danos.

4.º Que os trabalhadores empreguem a sua acção para que se cumpram os números 2 e 3 desta moção.—Artur Cardoso, Joaquim de Sousa e José dos Santos.—(Delegados da Federação Metalúrgica).

Santos Júnior adita o seguinte à moção de Artur Cardoso:

«Que os delegados representantes dos vários sindicatos da região portuguesa ao 1.º Congresso Confederal, ao regressar às suas respectivas localidades, desenvolvam a máxima propaganda no sentido de se levar a efeito um movimento de carácter nacional pró-regresso dos deportados.»

São aprovadas várias saudações

Saúl de Sousa justifica e manda para a mesa a seguinte proposta:

«Proporho que à imprensa seja fornecida a seguinte declaração do Congresso referente aos presos e deportados por delito social:

«O 1.º Congresso Confederal, IV Nacional Operário da Região Portuguesa, ao iniciar os seus trabalhos, saúda e abraça efusivamente todos aqueles que pugnam por um ideal de Amor e Beleza, sofrem as infâmias e vexames da sociedade capitalista sem que, a-pesar-disso, tenham perdido a coerência para com o Ideal que preconizam.»

«A Câmara Sindical do Trabalho de Lisboa, ao realizar-se o 1.º Congresso Confederal, saúda, em nome do operariado desta cidade, todos os trabalhadores da região portuguesa assim como os trabalhadores de todo o mundo na pessoa do delegado da Associação Internacional dos Trabalhadores do Trabalho de Lisboa, Rosendo José Viana.»

«O Congresso, na pessoa dos seus componentes, atendendo ao amável e hospitaleiro acolhimento do povo de Santarém, saúda-o fraternalmente, fazendo votos para que o operariado desta cidade se organize sindicalmente o mais breve possível.»—Manuel Nunes, pelo S. U. Mobiliário».

O Congresso aprovou por aclamação este documento.

«Em nome do Sindicato Unico da Construção Civil de Alcains que aqui represento, saúdo todos os camaradas congressistas para que este Congresso sirva para um maior engrandecimento da organização operária e seja um êxito para a emancipação de todos os trabalhadores, protestando todos os congressistas enérgicamente

contra as deportações de operários para Africa.—João Dias de Oliveira, delegado do S. da Construção Civil de Alcains.»

Em seguida foram aprovadas as seguintes saudações.

«O Congresso Confederal, ao iniciar os seus trabalhos, saúda efusivamente os presos por questões sociais, manifestando-lhes toda a sua simpatia e toda a sua solidariedade. Ao mesmo tempo, e interpretando, na sua mais alta expressão, a síntese do pensamento essencialmente humano que deve nortear todos os organismos operários, faz ardentíssimos votos para que desapareçam o mais rapidamente possível, as prisões de toda a ordem e, com elas, todos os órgãos autoritários que dão vida, força e prestígio à sociedade capitalista.»—Alves Pereira».

«A Associação de Classe dos Operários da Indústria Têxtil da Covilhã e o jornal O Trabalho órgão da mesma classe, incumbiram-me, na qualidade de delegado, de saúdar nos mais apertados laços de solidariedade, o Congresso Confederal—IV Nacional—que inicia hoje os seus trabalhos na cidade de Santarém e ao mesmo tempo faço os mais ardentes votos para que os congressistas empreguem os seus esforços e o melhor do seu saber para que algo de bom saia desta magna assembleia, reproduzindo-se assim todo o trabalho no engrandecimento da organização operária em geral, mantendo sempre o espírito combativo pela integridade do Sindicalismo Revolucionário, conservando-se à outrance, uma guerra sem tréguas contra os indivíduos que se entregaram à nefasta propaganda do confusãoismo, prejudicando profundamente a organização, moral e materialmente.

Oxalá que desta assembleia saia a homogeneidade de forças para o robustecimento integral da organização, bairando por completo qualquer facção política ou religiosa, pelo serem elementos que só contribuem para o desmantelamento da unidade sindical.—Covilhã, 19 de Setembro de 1925.—O delegado, António Lopes Jorge».

«Em nome do Sindicato da Construção Civil de Cascais, saúdo o Congresso e faço votos para que dele saiam trabalhos práticos e puramente baseados no Sindicalismo Revolucionário».

«Os Operários Manipuladores de Pão de Lisboa por intermédio do seu delegado, saúdam o 1.º Congresso Confederal que se realiza em Santarém, assim como todo o proletariado em geral, associando-se à moção das camaradas da Federação Metalúrgica, com a emenda do camarada A. Lopes, apresentada ao mesmo Congresso, levantando um viva a todas as vítimas da reacção capitalista.»—José Costa».

«Os delegados do Sindicato do Pessoal Ferroviário, do Sul e Sueste, reunidos no Congresso Confederal saúdam efusivamente o mesmo, fazendo ardentes votos para que dele saia a Unidade Sindical demarcada de há muito pela classe trabalhadora organizada e que uma futura unidade de pensamentos ponha a distância todos os inimigos da classe operária.»—Alfredo Câmara, João Fernandes Cavalheiro, Alfredo Pinto».

«O 1.º Congresso Confederal ao iniciar os seus trabalhos na cidade de Santarém saúda todos os trabalhadores manuais e intelectuais, a imprensa operária, e incluindo mesmo os jornais burgueses que desempenhem com imparcialidade a sua missão social.»—Indício Teixeira Bastos».

«Em nome da Federação Portuguesa dos Operários das Conservas, saúdo o Congresso fazendo votos para que a organização operária saia deste Congresso suficientemente fortalecida, de forma a ter uma resistência

que lhe permita empreender uma acção tendente a pôr termo às perseguições ao operariado.»—David Augusto Correia».

A Associação Internacional dos Trabalhadores foi aclamada

Santos Júnior propõe um voto de saudação à A. I. T. que foi aprovado com uma salva de palmas.

Segue-se António de Sousa, delegado da Federação das Juventudes Sindicalistas, que num bem equilibrado discurso agradece ao Congresso a aceitação do organismo que representa. Saúda em seguida o Congresso Confederal, fazendo ardentes votos pelo bom resultado dos seus trabalhos.

Depois de aprovadas as saudações supra Faustino Ferreira apresenta a seguinte moção:

«Atendendo a que as saudações já apresentadas marcam bem a revolta que lava no seio dos trabalhadores;

Atendendo a que é preciso aproveitar o tempo para outros trabalhos do Congresso, o mesmo resolve pela aprovação de todos, dar as saudações como recebidas e continuar na ordem dos trabalhos.»

Foi aprovado este documento.

Volto agora à discussão a moção Artur Cardoso, falando em primeiro lugar Alfredo Lopes, delegado do Sindicato da Construção Civil de Lisboa. Diz que a moção em referência é bem expressiva e sintetiza os desejos do povo trabalhador. Porém é mais exigente. Exige que se force o governo a arripiar caminho, mas dum forma iniludível e eficaz. Isso só se conseguirá com um movimento geral grevista que marque pelo seu valor e coesão. Nesse sentido manda para a mesa o seguinte aditamento à moção Artur Cardoso:

«Que os organismos representados no Congresso preparem desde já um movimento geral grevista encetado pela C. G. T. a-fim-de se conseguir a liberdade dos presos e o regresso dos deportados à metrópole.» Admitido.

António Lopes Jorge propõe que a Central dos Sindicatos inicie um movimento de protesto contra as deportações dos presos por questões sociais, no dia das eleições.

Ainda as perseguições e deportações

Francisco Viana diz que o assunto está suficientemente discutido, devendo passar-se à votação de ambos os documentos.

João do Carmo protesta contra a insólita atitude dos dirigentes da Federação Marítima, os quais abusando dos poderes que lhes foram conferidos cortaram as relações com a C. G. T., contra a vontade dum grande maioria de sindicatos respectivos, como se verifica com a sua representação neste congresso.

João Camdeira, pela Federação Rural, associa-se à moção da Federação Marítima, julgando suficiente a discussão feita.

João Miranda, delegado da Federação da Construção Civil, apresenta a moção que segue:

«A Federação da Construção Civil propõe que todos os documentos entregues pelos diversos organismos no respeitante às perseguições, deportações, etc. baixem à comissão de pareceres a fim da mesma se pronunciar.»

João Gonçalves, de Portimão, refere a impossibilidade de os organismos daquela cidade poderem de pronto secundar um movimento grevista.

Foi aprovado este documento, resolvendo-se igualmente que, independentemente do disposto, sejam enviados telegramas ao presidente da República e presidente do ministério protestando contra as arbitrariedades cometidas contra operários e reclamando o regresso dos deportados.

José Martins Grilo, do S. U. Mobiliário de Lisboa, lê a seguinte moção-protesto:

«Considerando que o Congresso Confederal defende o espírito da máxima Liberdade, consoante o que tem sido demarcado através dos anos pela organização operária, o Congresso manifesta os seus maiores protestos contra a ditadura imposta em Itália pelo fascismo, e contra o reaccionismo em Espanha por Primo de Rivera que representa a negação do progresso dos povos.»

Santos Arranha, do S. U. Mobiliário de Lisboa, envia para a mesa a seguinte moção:

«O 1.º Congresso Confederal, retinido na cidade de Santarém, ao ter, no decorrer dos seus trabalhos, de referir-se aos desmandos da imprensa capitalista, não quer demonstrar a mais leve sombra de desconsideração, ou menosprezo pelos profissionais da imprensa que servem os jornais burgueses, aos quais envia os mais sinceros protestos de solidariedade, esperando de que eles evitarão tanto quanto possível o mercenarismo da pena, que, nas mãos dos seus profissionais, deve servir apenas à defesa da causa da redenção humana.»

Alves Pereira manda para a mesa a seguinte saudação-capitalista:

Considerando: que a reacção capitalista internacional para não na sua fúria de perseguir tenazmente os indivíduos que por palavras e actos afirmam, dum modo iniludível, os seus desejos veementes de conquistar, para toda a humanidade, uma maior soma de felicidade e bem estar;

que essa reacção, traduzindo-se por odiosas ditaduras veladas ou públicas, encobertas ou exercidas à plena luz do dia, representa o esmagamento de todas as liberdades conquistadas à custa de muitos sacrifícios através de todos os séculos;

que se não se levantar um protesto enérgico e decidido contra semelhante procedimento daqueles que vivem exclusivamente a expensas do trabalho alheio, nós

veremos ressurgir a época negra da torva inquisição de negregada memória;

Os delegados dos organismos abaixo assinados, propõem ao 1.º Congresso Confederal a necessidade de exprimir a essas vítimas a sua simpatia e solidariedade; e, desejando que todos os congressistas combatam, com todas as suas forças e energias, quaisquer ideias de opressão e tirania que pesam ou que venham a pesar sobre o povo trabalhador, hipotecam a sua palavra de honra de que se oporão enérgicamente aos desígnios dos opressores e tiranos, batalhando por consequência, pelo triunfo definitivo da sociedade livre, onde não haverá presos nem desgraçados, mas unicamente irmãos; e

que, o delegado da A. I. T., que tem assento neste Congresso, faça sentir a essa poderosa Associação a necessidade de preparar um grandioso movimento de protesto internacional no sentido de arrancar das prisões todas as vítimas que lá se encontram. Alves Pereira, delegado dos Litógrafos e Anexos de Lisboa; António Teixeira, delegado da Liga das Artes Gráficas do Porto; Carlos José de Sousa, Vergílio Moura Santos e Joaquim Rodrigues Castelo, pelos Compositores Tipográficos de Lisboa; António Costa, delegado dos Impressores Tipográficos; António de Carvalho, pela Liga das Artes Gráficas de Santarém; Eugénio Lindo, delegado do Encadernadores de Lisboa.

Entra-se na discussão do Relatório do Comité

Entrou-se em seguida na ordem de trabalhos—Discussão dos relatórios do Comité Confederal e de A Batalha, eram 23,15 horas.

Silva Campos, antes da leitura do primeiro dos relatórios, diz que o Comité sempre procurou defender os interesses do operariado dentro das atribuições que o estatuto confederal lhe conferiam. Se nem sempre pôde satisfazer a vontade de alguns organismos aderentes isso se deve a circunstâncias várias expressas em alguns dos capítulos do relatório que vai ler.

Nesta altura Carlos José de Sousa apresenta o seguinte requerimento:

«Requero que seja dispensada a leitura do relatório do Comité Confederal e que sejam só lidos os capítulos sobre os quais qualquer congressista se queira pronunciar.»

Foi aprovado por maioria.

Respeitado o disposto no requerimento que inserimos, passou-se à leitura e votação do preâmbulo e dos dois primeiros capítulos, os quais foram aprovados. Sobre o 3.º capítulo, que trata da situação dos organismos que cortaram relações com a C. G. T., Silva Campos faz uso da palavra explicando o sentir do Comité que está largamente tratado no referido capítulo.

Tavares Adão entende que o capítulo em discussão é aceitável, pois sintetiza o sentir da organização.

Rozendo José Viana pede explicações sobre a situação em que se encontram os organismos que suspenderam relações com a C. G. T.

Silva Campos informou que o Comité oficiou aqueles organismos convidando-os a definir uma atitude, o que ainda não fizeram.

Rozendo José Viana considera insuficiente a resolução tomada. E' de opinião que aqueles organismos devem definir a sua situação: ou são confederados ou não.

Jerónimo de Sousa manda para a mesa a seguinte proposta:

«Atendendo a que a suspensão de relações de qualquer organismo com a C. G. T. representa a desconfederação desse mesmo organismo;

O Congresso Confederal reunido em Santarém resolve considerar desconfederação todos os organismos que suspendam ou cortem relações com a C. G. T.»

Silva Campos explica quais as condições em que os sindicatos afastados se propõem reatar relações.

João Miranda considera clara a proposta de Jerónimo de Sousa, pois aqueles organismos no seu gesto outra coisa não de monstraram senão pretender fazer curvar a C. G. T. às suas conveniências políticas.

Esses organismos devem ser considerados desconfederação, uma vez que não satisfazem nenhuma das condições estatutárias.

Artur Cardoso diz que é justo que o Congresso se ocupe da situação dos elementos daquelas classes que discordam da orientação dos elementos que votaram a suspensão de relações.

Como já passasse das 24 horas, o presidente preveniu o Congresso de que o regulamento da casa de espectáculos onde se estão realizando as sessões não permite que as mesmas possam funcionar além dessa hora, e por isso tem que suspender a sessão, que prosseguirá hoje.

Sobre a hora de se iniciarem os trabalhos falam alguns delegados, e José Fragoço propõe que se iniciem os trabalhos às 10 horas. Foi rejeitada a proposta e resolvido que a sessão reabrisse às 13 horas.

Armando Borghi, delegado da A. I. T., proferiu um brilhante discurso

SANTARÉM, 25. — Pelo telefone. — Na sessão da tarde de ontem continuou a discutir-se o relatório do Comité Confederal.

Foram aprovados os capítulos até ao V, inclusive, iniciando-se a discussão do VI (relações internacionais). Falou nesta altura, durante hora e meia, Armando Borghi, referindo-se às várias associações internacionais, pondo em relevo a Associação Internacional dos Trabalhadores.

O discurso foi coroado por uma estrondosa salva de palmas, entoando os congressistas «A Internacional», sendo depois interrompida a sessão.

Um manifesto contra o encapotado monopólio dos fósforos e a estranha atitude do chefe do governo

Acêra do monopólio dos fósforos escreveu o dr. Pestana Junior e fez distribuir profusamente um manifesto para o qual chamamos a atenção do publico visto tratar-se dum problema de capital importância.

A razão por que o dr. Pestana Junior editou em manifesto a sua opinião sobre o melindroso problema e não se serviu do jornal O Mundo para nas suas colunas exprimir as suas opiniões, é bem estranha, embora caracterize com justeza os processos de que vêm servindo-se os governantes para manter os critérios que lhes convêm e até mesmo os que convêm a terceiros entidades. O dr. Domingos Pereira, presidente do actual ministério, fez sentir ao director do Mundo que o governo romperia com a Esquerda Democrática se aquele jornal continuasse a criticar os actos do governo em referência à questão dos fósforos. O dr. Pestana Junior descobre este jogo, esta imposição governamental no manifesto que mandou distribuir.

Para algumas passagens do manifesto, que demonstram quão roubado está sendo o publico e como se vive num regime de monopólio, a-pesar-do monopólio ter terminado, chamamos a atenção dos nossos leitores.

Eis alguns dos períodos mais importantes: «Mas restara-nos de pé uma esperança: resolvido o problema dos fósforos pela liberdade industrial e comercial, por identidade, senão por maioria de razões, os Tabacos sofreriam o mesmo tratamento»

O diploma do Governo, de um governo em que todos nos louvamos, mais ou menos ostensivamente, para fazer eleições, atrai de novo para uma futura discussão nas Câmaras a eleger a arrumada questão dos fósforos; abre mão a mais de metade da renda prevista; concede o monopólio a 90 dias com a renovação certa desta má letra de terra — tudo isto num decreto de injustificável e prejudicial ditadura financeira, onde aparece, como isco para calar o publico, o barateamento para \$15 da caixa produzida pela ressuscitada monopolista, a famosa Companhia Portuguesa dos Fósforos, de princípios e artes tão antigos, como a sua grafia com dobrados pl!

Pobre consumidor: tão bocal te julga o Governo que confia que tu não vejas que 60 fósforos a 200 réis (para estas insignificâncias calham tão bem os réis)... dão o preço por unidade de réis 3,33... e os 40 (da companhia) a 150 réis dão, por unidade, 3,75 réis, e que perdes, portanto, em cada caixa que se preparam para te fornecer, cerca de 17 réis!

Da qualidade nem se fala...

O dr. Domingos Pereira, numa carta publicada anteontem no Diário de Lisboa negou ter feito qualquer exigência ao Mundo de não publicação dos artigos do dr. Pestana Junior sobre a questão dos fósforos.

Trata-se, porém, dum simples negativa que não prova senão o desejo do dr. Domingos Pereira pretender sair dum situação moral difícil.

Relatório da comissão de relações dos Sindicatos Marítimos e Fluviais do Sul distordentes da Federação Marítima

Presados camaradas. — Ao lançarmos mão da pena para vos relatar as razões que originaram a nossa estada aqui, não foi sem grandes hesitações que o fizemos, por reconhecermos a gravidade do assunto que vamos tratar, e ainda por nos faltarem os conhecimentos que seriam necessários para darmos a este trabalho o brilho e a clareza que ele merece; todavia faremos por preencher essa deficiência com a vontade que possuímos, com a qual passaremos a expor-vos, embora resumidamente, tudo o que conhecemos sobre o assunto da Federação e que deu motivo a esta nossa atitude.

A nossa atitude e a nossa acção dentro do conselho federal após o Congresso Marítimo de Aveiro

Depois das rubras afirmações que ouvimos no congresso à maioria dos militantes que tomaram conta dos destinos da Federação julgamos que ela entraria numa fase de actividade que desse satisfação às afirmações ali feitas; não aconteceu assim, aqueles que ainda quiseram fazer alguma coisa viram-se impossibilitados disso em virtude da indiferença da maior parte. Houve até mesmo quem não chegasse sequer a assinar o termo de posse.

Mas se se tinham esquecido das afirmações feitas anteriormente, não aconteceu o mesmo com as delegações, as quais se desenvolveram uma verdadeira caça, talvez porque não se sentindo senhores da razão quizessem assegurar o seu predomínio pela força do número. Era uma verdadeira galopagem: indivíduos que eram catraieiros, maquinistas, fragateiros, pretendiam, contra o próprio estatuto federal, representar sindicatos de estivadores e pescadores; chegaram-se mesmo a resolver que os corpos gerentes podiam ser compostos por indivíduos que fossem ou não delegados ao conselho federal.

A nossa atitude foi sempre a de contribuir com todo o nosso esforço e boa vontade para que a Federação entrasse no caminho de realizações práticas, e para isso, nunca levámos para o conselho nada que ao mesmo pudesse criar dificuldades de qualquer espécie. Nunca no conselho discutimos a questão de métodos a adoptar, o que queríamos era que se fizesse alguma coisa mais do que simples afirmações. Alguns delegados partiram em missão de propaganda, que nós sóbriamente não orientáramos a sua acção dentro dos métodos sindicais. Limitavam-se como os políticos a fazer muitas promessas, em lugar de estudar e procurar resolver os problemas de urgente solução. Houve um sindicato — o dos marítimos de Abrantes — que não vendo cumpridas as promessas que lhes tinham feito oiticiou para a Federação dizendo que já estavam fartos da propaganda do bacalhau a pataco.

Este estado de coisas veio sempre aumentando, até que na reunião do conselho de 27 de Fevereiro teve o seu desfecho em virtude de alguns camaradas não quererem ligarem-se às responsabilidades da desorganização que se estava e com tendências para piorar porque para isso em nada tinham contribuído, antes pelo contrário, e por estas razões pediam a sua demissão dos cargos para que tinham sido nomeados. Nessa reunião foi largamente debatido o facto de alguns indivíduos pela maneira como procediam estarem sempre em contradição com o que afirmavam e só assim se compreendia o seu desinteresse pelos destinos do seu organismo central. Foi em seguida discutida e aprovada a seguinte moção:

«Considerando que os corpos gerentes da Federação, à excepção de alguns membros, não têm correspondido aos objectivos deste organismo, e ouvindo as explicações da comissão administrativa, o Conselho resolve dar-lhe a demissão colectiva e segue na ordem dos trabalhos».

Em seguida foi aprovada uma proposta para a nomeação dos corpos gerentes, que ficaram constituídos por camaradas das duas tendências, mostrando-se todos dispostos a trabalhar no sentido de demover certas deficiências que até aí se tinham constatado.

A vontade desses camaradas foi sempre dificultada, não pelos delegados dos sindicatos que estavam em desacordo com a orientação da Federação o que até certo ponto seria justificável, mas exactamente pelos que estavam de acordo. O seu obscurantismo, chegou a tal ponto que muitas reuniões se passavam em discussões e conflitos que surgiam entre esses delegados; por esse motivo na reunião de 25 de Março foi aprovada a seguinte proposta:

«Proporho que o Secretariado da Federação proteste em nome do conselho, junto do sindicato dos fragateiros do porto de Lisboa, contra a atitude dos seus delegados, que por todas as formas embarçaram a boa marcha da organização marítima e pedindo ao mesmo tempo a substituição desses delegados». A esta proposta foi feito o seguinte aditamento:

«Para que a Federação demarque uma posição contra a atitude dos delegados dos Fragateiros enquanto essa classe não se comprometer da verdadeira existência do Sindicalismo».

A rotina e a lei do hábito nos procuramos opor à inteligência e a lei da Evolução

A maioria dos delegados do conselho da F. M. e principalmente os seus dirigentes propagam a necessidade de se adoptarem processos novos de luta, mas nada disto praticam. A organização da maioria dos sindicatos marítimos e fluviais está ainda assente sobre os métodos de há cinquenta anos, pois em lugar de se procurar como nós pretendemos, que eles evoluam e se transformem para que melhor possam corresponder às necessidades do momento, fazem antes o contrário, levantam sempre todas as dificuldades que podem.

As inovações na indústria são, como em qualquer lugar da província aonde ainda não chegou a nossa propaganda, vistas com aversão.

A máquina à qual devemos algumas regalias que temos, é vista como um inimigo. Combate-na em lugar de procurarmos conquistar os produtos por ela realizados.

Um simples artigo publicado no jornal corporativo n.º 9, no qual se punha em confronto a forma como as cargas e descargas são feitas no porto de Lisboa em relação a alguns portos estrangeiros, mereceu o ataque e a rejeição dos delegados da maioria. O artigo nada tinha de insultante nem de prejudicial para as classes que protestaram, antes pelo contrário. Nele apenas se criticava as entidades que administram o porto

de Lisboa e que com o seu desleixo e ignorância têm contribuído para que ele não acompanhe o constante progresso, mas perca até a situação que já teve, pois segundo um economista do século XVII entravam mais navios no porto de Lisboa do que nos portos da Itália todos juntos. Isto devido à sua esplêndida situação geográfica, que o tornava um dos melhores portos do mundo. Não tinham as classes marítimas nada a lutar com o desenvolvimento deste e de todos os outros portos? Crêmos que sim e era esse e não outro o sentido do artigo.

Enquanto nós procurávamos, com a nossa acção e persistência, para que a Federação ocupasse o lugar que lhe estava indicado para melhor defender os interesses dos trabalhadores que representava, era a nossa voz esmagada pela maioria, muitas vezes também devido a que os sindicatos que nos acompanhavam na nossa atitude não tinham na federação os seus representantes.

Devido a esta anomalia a maioria impunha sempre a sua vontade embora quase sempre fora da razão. De desvio em desvio chegou-se a fazer abertamente a propaganda de organismos políticos como sucedeu no n.º 9 do jornal da Federação, em que era feita a apologia da Internacional Comunista. Mas era inútil protestar; isso serviria simplesmente para que fossemos desenhados, e por isso não o fizemos, apenas registamos o facto.

A maioria quando lhe apontávamos os prejuízos que resultavam da forma como muitas vezes eram encaminhados certos trabalhos, dizia que quando se não resolvessem doutro forma o fariam à «caveirada» processo que dava sempre resultado. Mas quando da greve dos estivadores de Lisboa, para a conquista da escala de trabalho, deve-se o seu triunfo não à «caveirada» mas sim à intervenção do Secretariado da Federação e à forma inteligente como o mesmo orientou as demarções para a sua solução, o que se deve especialmente ao então secretário geral da F. M.

Após o movimento reaccionário de 18 de Abril, quando no Conselho Confederal se iniciou a discussão da atitude tomada nesse movimento pelo Comité Confederal, foi apresentado, assinado entre outros pelos delegados da F. M., o seguinte documento: «Os signatários, representantes dos seus organismos, reconhecendo que a estrutura da C. G. T., pelo seu carácter absolutamente profissional, não reúne as faculdades necessárias para opor uma acção de carácter revolucionário a qualquer movimento de revolta política e conservadora; e reconhecendo também que existem agrupamentos com objectivos caracteristicamente operários e revolucionários, os quais certamente darão aos produtores possibilidades de triunfo, pelo facto de agruparem indivíduos que, embora não sendo operários, podem exercer uma acção muito útil aos princípios proletários; reconhecendo ainda que sem o estabelecimento de unidade entre todas as escolas sociais e os agrupamentos de carácter reitivamente operário e revolucionário, estudando e realizando uma obra de agrupamento apetrechado e prevenido para a defesa consciente, regular, metódica e oportuna, por movimentos de massas, em defesa da classe trabalhadora;

São de opinião e defendem como absolutamente necessária a execução da matéria consistente nas seguintes pontos:

1.º A C. G. T. considera como indispensável o estabelecimento duma estreita unidade, com delegados efectivos, com todos os agrupamentos de carácter genuinamente operário e revolucionário, para o fim restrito da organização, regular e indispensável, da defesa da «classe operária» contra as manifestações de tiraduria fascista por parte da reacção das «forças vivas»;

2.º Do mesmo modo a sua acção será coordenada com a acção delineada pelo «comité» comum dos organismos referidos, para a realização dos objectivos enunciados no número anterior».

Este documento segundo declarações dum dos seus signatários tinha saído dum reunião de partidários seus afins, e podiam fazer parte do «comité» delegados dos Partidos Socialista e Comunista, partidários da I. S. V. e dos núcleos Anarquistas.

Nós julgamos que os delegados da F. M. representavam na C. G. T. as classes marítimas e não o núcleo da calçada da Graça, razão porque discordamos dele e por entendermos que os mesmos não estavam a fazer Sindicalismo.

Quando os delegados dos Arsenalistas do Exército ao Conselho Confederal abandonaram o seu lugar foi publicado no n.º 11 de «O Marítimo» um artigo intitulado: «A razão dum gesto».

Transcrevemos dele a seguinte passagem: «Todos devem ter notado que a C. G. T. não corresponde de forma alguma ao esforço monetário que o operariado tem feito, nem mesmo se sabe como o produto desse esforço colossal, arrancado à miséria de todos nós, tem sido aplicado.

Propositadamente nunca quizesmos tocar no assunto, porque sabíamos que isso iria levantar celeuma, que pela forma grosseira e violenta com certos militantes usavam responder as questões de menos importância e melindre, nos conduziria fatalmente a uma scisão».

Nós sabemos que, ao contrário do que aqui se insinua, na C. G. T. foram apresentados os balancetes, alguns dos quais foram discutidos e aprovados pelos próprios delegados da F. M., mas ainda que assim não fosse, primeiro que apontassem os erros dos outros deviam olhar para os seus.

A Federação ainda não disse onde para o saldo com fecho as suas contas no congresso de Aveiro e também ainda não justificou em que tem empregado a cotização recebida dos sindicatos desde essa data. Este artigo pela forma como foi escrito que deu origem a que a imprensa burguesa o aproveitasse de todas as formas para combater a organização operária foi uma verdadeira traição à unidade sindical que eles dizem defender.

O corte de relações sindicais entre a F. M. e a C. G. T. e a nossa atitude

Na reunião do conselho do dia 28 de Julho foi lido o relatório dos delegados da F. M. à C. G. T., cuja discussão, devido ao adiantado da hora só se efectuou no dia 1 de Agosto. O delegado dos radiotelegrafistas depois de a justificar apresenta a seguinte moção:

«Considerando que a missão da F. M. é congregando todos os esforços para que a união entre todos os marítimos seja um facto;

Considerando que a F. M. compete contribuir para a união de todos os trabalha-

Considerando que não é a melhor forma de tal conseguir, a discussão de tendências que ora se vem fazendo nas reuniões do Conselho Federal, que pelo contrário contribuirá para a desagregação das forças trabalhadoras;

Considerando que os pontos de vista da F. M. melhor poderão ser defendidos dentro da C. G. T., o Conselho Federal resolve:

Convidar os delegados da F. M. ao Conselho Confederal a continuar representando este organismo, deixando aos delegados da F. M. ao Congresso Confederal a missão de defender os pontos de vista desta Federação, e resolverem seguidamente os organismos aderentes à Federação qual o caminho a seguir».

Foi negada a prioridade a esta moção, sendo posta à votação a moção do delegado dos Pescadores de Peniche que é do teor seguinte:

«O Conselho federal reconhece como indispensável e necessário para o triunfo da emancipação económica e melhoria de condições, a existência da unidade e aproximação de todos os produtores; mas reconhece também que essa unidade e aproximação se não pode realizar sem a aproximação dos desejos e faculdades dos militantes e respectivas classes que tenham por fim o objectivo de melhorar as condições morais, sociais e económicas dos trabalhadores;

Sendo objectivo principal da organização dos trabalhadores estudar e promover o aperfeiçoamento moral e social dos trabalhadores, sem procurar saber das suas preferências políticas ou objectivos ideológicos, reconhecendo também que no conselho da C. G. T. se não interpretam com clareza os desejos, necessidades e interesses, faculdades e objectivos dos trabalhadores, resolve por isso:

Suspender as suas relações sindicais com a C. G. T. até que termine, duma maneira iniludível, a acção dogmática e imperativa que se observa no referido organismo, por virtude da acção e definidos propósitos da maioria dos seus delegados.

Confia contudo em que uma rajada de bom senso modificará o ambiente dogmático e intolerante daquele organismo e justificará o nosso regresso necessário e indispensável ao meio da organização mundial dos produtores».

Esta moção sofreu larga discussão na qual os delegados dos sindicatos discordantes mostraram a sem razão de tal resolução, porque factos de maior gravidade do que os que são apontados para justificar tal atitude, se têm passado dentro da Federação com alguns organismos seus aderentes e eles ainda não julgaram isso razão suficiente para saírem da Federação.

Posta à votação foi aprovada por maioria, e com a seguinte declaração do delegado dos radiotelegrafistas:

«Declaro não tomar parte na votação por considerar esta discussão uma questão de tendências e não ter eu o direito de deliberar sobre semelhante assunto, por não ser esse o meu papel dentro da Federação como delegado do meu sindicato».

Idêntica declaração foi feita pelo delegado dos Oficiais da Marinha Mercante.

Pelo delegado dos Marinheiros e Moços da Marinha Mercante tinha sido enviado para a mesa um aditamento que foi aprovado com a moção, e cujo teor era o seguinte:

«Enquanto durar esta situação, desligação da C. G. T., resolve-se dar a liberdade aos sindicatos que assim o entenderem, de contribuir para a C. G. T., passando desde já e até que esta deliberação subsista a cota federal a ser de \$85, dando assim margem a que os Sindicatos que queiram continuar federados e confederados o possam fazer».

Este aditamento diz claramente a nossa atitude, que era e manter a pesar de tudo a unidade industrial, queríamos que a scisão que era provocada contra a C. G. T. não atingisse também a Federação.

Não o entenderam assim os partidários «à outrance» da máxima unidade sindical e na reunião efectuada no dia 15 de Agosto vêm novamente à estacada com a seguinte moção:

«Considerando que a interrupção de relações da Federação para com a C. G. T. não significa, de modo nenhum a nossa discordância da existência daquele organismo central, antes sendo produto da acção dum parte dos delegados daquele organismo, que não interpretando bem os interesses do proletariado e suas aspirações, mantêm e desenvolvem uma atitude de coacção, razão porque uma modificação do referido ambiente, com o reconhecimento dos interesses, objectivos e espírito da massa trabalhadora, nos forçaria a uma outra atitude;

Considerando que essa quebra de relações obriga a Federação a realizar uma obra de assistência jurídica aos seus federados e a uma solidariedade efectiva aos presos das classes marítimas por questões sociais, funções que estavam atribuídas à C. G. T., por virtude da nossa cotização, e o devem ficar à Federação Marítima;

Considerando ainda que esta nossa posição obriga a Federação a muitas outras despesas para o esclarecimento dos nossos pontos de vista e em defesa de possíveis ataques de que sejamos vítimas;

Considerando mais que a Federação está cometida, pelo anterior Congresso, o encargo de instituir bibliotecas e balneários, próximos dos locais de trabalho, obra extremamente útil, não só para levantamento moral e realização duma obra de higiene entre os trabalhadores do mar, como para afirmação do valor e interesse da existência da Federação, grangando-lhe entre as massas produtoras uma atmosfera de entusiasmo indispensável ao engrandecimento e unidade;

Considerando, por isso, que a alteração da cota federal neste momento, poderia colocar a Federação em situação embaraçosa para satisfazer aos encargos que lhe são e devem ser cometidos;

Mas, considerando também que é indispensável a existência de um único processo de cobrança, a fim de conservar a unidade no exercício sindical e não alterar, repentinamente, os hábitos e costumes dos trabalhadores marítimos;

O Conselho Federal resolve:

1.º Que imediatamente seja instituída uma assistência jurídica por parte da Federação a todos os marítimos federados.

2.º Que o auxílio aos marítimos presos por questões sociais que era prestado pela C. G. T. passe a sê-lo pela Federação.

3.º Que se nomeie uma comissão com o encargo de procurar instituir bibliotecas e balneários para as classes marítimas, próximos dos locais de trabalho.

4.º Que a Federação crie um selo-cota

especial, ao preço que vinha sendo cobrado.

5.º Que o secretariado e comissão administrativa, depois dum profundo estudo, apresente a um futuro Conselho Federal, uma proposta de diminuição da cota federal na proporção possível».

Seria por desconhecimento que o autor desta moção atropelou os próprios estatutos federais aprovados no congresso de Aveiro?

Não foi, porque o seu autor é o próprio secretário geral da Federação. A instituição de escolas, bibliotecas e balneários está a cargo da comissão de Estatística, Instrução e Educação que faz parte dos corpos gerentes.

A instituição de balneários e bibliotecas preconizada no congresso, servia só para justificar a moção para mais facilmente passar o aumento da cota.

Sabem perfeitamente os que predominam na F. M. que devido à sua estrutura profissional, a maioria dos sindicatos marítimos têm necessidade de estar ligados por meio daquele organismo. E foi com essa necessidade que eles habilidosamente especularam, procurando tirar dela o máximo proveito para os seus objectivos.

Os sindicatos que, embora partidários da I. S. V. continuavam coerentes com as suas afirmações de unidade sindical, ficavam assim como todos os outros organismos impossibilitados de manter essa atitude, devido à sua situação financeira o não permitir».

Esta resolução tinha este fim, por os sindicatos não este dilema, ou ficavam na C. G. T. ou na F. M.

Na mesma reunião foi também aprovada outra moção, da qual, por ser muito longa, apenas transcrevemos o mais importante, que são as suas conclusões.

«Manter a resolução já tomada de suspender as relações com a C. G. T. enviando copia desta moção a todos os sindicatos marítimos para que a apreciem, discutam, e votem, a fim de claramente se poder provar a unanimidade de vistas duma esmagadora maioria das classes marítimas para com a equilibrada e digna decisão do Conselho Federal em resposta à insensata e injusta circular n.º 51 do Comité Confederal».

Sobre a unanimidade de vistas não nos resta dizer nada, porque já disseram o suficiente os vinte e oito (28) sindicatos discordantes da atitude da F. M.

O que ainda hoje estranhamos foi a atitude do proponente desta moção, delegado dos M. de Cesimbra, que, na primeira reunião dizia estar em desacordo com a retirada da C. G. T., mostrando-se disposto a combatê-la, e depois não só defende essa retirada como até a ratifica.

Tomadas estas resoluções, nós vimos claramente que era já impossível chegar a um acordo que a todos satisfizesse, só nos restava um caminho, que foi o que tomámos, agir dentro dos nossos sindicatos de forma a que eles dessem uma resposta condigna à atitude de «divisorismo» tomada pela F. M.

Os sindicatos iam-se manifestando contrários à resolução tomada pela F. M., sendo necessário de qualquer forma contrabalançar a acção por eles desenvolvida para que melhor atingissem o objectivo desejado. Nesse sentido, a convite do secretariado de propaganda confederal, realizou-se no dia 25 de Agosto, pelas 22 horas, uma reunião de direcções dos sindicatos de Lisboa discordantes da atitude da F. M. na qual foi tomada entre outras resoluções, a da nomeação duma comissão de relações dos sindicatos para com a C. G. T.

Procurava esta comissão levar a cabo a sua missão de coordenar os desejos e a acção desenvolvida pelos sindicatos discordantes, quando fomos surpreendidos pelas importantes resoluções tomadas pelos marítimos do Porto, Gaia e Leixões, já publicadas na *Batalha*.

Depois da atitude desassombrada tomada pelos marítimos do Norte, era necessário que no Sul se desse maior latitude à acção até aqui desenvolvida e para esse efeito a comissão nomeada no dia 25 tinha muito limitadíssimas funções.

De acordo com o Secretariado de Propaganda Confederal, e a comissão foi convocada para o dia 8 do corrente uma nova reunião, na qual tomaram parte militantes activos de dez sindicatos de Lisboa, um de Almada e um delegado directo dos marítimos do Norte, tendo sido discutido e aprovado o seguinte parecer:

«Caros camaradas:—O assunto que vamos apreciar é de alta gravidade e reclama portanto um estudo atencioso, em que as resoluções a tomar sejam cuidadas e escrupulosamente verificadas.

O conflito entre a C. G. T. e a Federação Marítima é única e exclusivamente da responsabilidade dos militantes que têm dirigido e estão dirigindo ainda esta última. A C. G. T. não se colocou voluntariamente no conflito, mas foi para ele levada por um abuso da parte de criaturas que não tiveram a serenidade suficiente e a inteligência necessária para medirem as responsabilidades que assumiam ao estabelecer uma luta de tal natureza no seio do movimento operário.

E' preciso, porém, esclarecer um facto de primordial importância: o conflito que aparentemente existe entre a Federação Marítima e a C. G. T. não é propriamente entre dois organismos, mas sim resume-se num ataque dos militantes que preponderam no primeiro desses organismos contra a C. G. T. A Federação Marítima, que não deve ser dum agrupamento de militantes ao serviço dum determinada facção política, mas sim um conjunto de sindicatos marítimos, nos quais reside a sua função deliberativa, acaba de afirmar a sua completa discordância com os actos abusivos dos indivíduos que até há pouco tinham a sua confiança. A organização marítima, numa maioria esmagadora, acaba de afirmar que os militantes orientadores da Federação não passam hoje dum intrínsecos que a todo o custo pretendem manter uma situação que doutra maneira não pode ser considerada senão como abusiva.

Quando os militantes saltam acima das atribuições que as massas lhes conferiram — e este é um dos casos — e pretendem levar as organizações por caminhos que estão contra os interesses e os objectivos das mesmas massas, só lhes resta um caminho — afastarem-se e deixarem que elas sigam a directriz que os seus desejos perflham. Quando assim não se faz, pratica-se um abuso.

A ninguém pode restar dúvidas de que existe preconcebido o desejo por parte dum facção política que exerce a sua acção no seio do proletariado — com iniciais intuitos de absorção — de promover agora a divisão e o desmantelamento da organização.

(Continua na 4.ª página)

AS GREVES

A do pessoal gráfico das oficinas do Anuário Comercial

Da entrevista que a comissão ontem teve com o director delegado, sr. Marques, do Anuário Comercial, resultou uma plataforma, indicada por aquele senhor, que o pessoal reunido apreciou, resolvendo, por fim, que a mesma comissão se avisasse, hoje, com o referido director delegado, para lhe comunicar a atitude do pessoal.

Os grevistas são convidados a reunir pelas 15 horas na Associação dos Compositores, sendo indispensável a comparecimento de todos pela importância do assunto a tratar.

TEATROS, MÚSICA E CINEMAS

A recita de Ilda Stichini



Ilda Stichini

condenador, «O rapto» e «As duas irmãs».

Festas artísticas

Está marcada a noite de 1 de Outubro, no teatro Maria Vitória, para a realização da recita da artista Laura Costa, que se realizará em duas sessões.

Notícias

E' no dia 3 do próximo mês de Outubro a inauguração da época de inverno, no Coliseu dos Recreios, com a estreia de uma grande companhia de circo, o seu espectáculo mais apreciado.

Recíames

Aproveite quem ainda não viu a popularríssima revista de grande sucesso «Frei Tomás», a peça mais recheada de atracções actualmente em scena em Lisboa.

MALAS POSTAIS

Pelo paquete «Avocita» são hoje expedidas malas postais para Las Palmas, Madeira e por via do Funchal para a Africa Austral, Cabo da Boa Esperança, Elisabeth e Africa Oriental.

Da Estação Central dos Correios a última tiragem da correspondência efectua-se a 1 hora da tarde e para as registadas recebe-se até às 11 horas da manhã.

NA MORGUE

Na Morgue deu ontem entrada um indivíduo que ali foi transportado num auto da Cruz Vermelha e cuja identidade se desconhece, tem tipo de descarregador, o qual faleceu subitamente no Cais de Santa Apolónia.

Em São Pedro de Alcântara

Continuam as festas de beneficência em São Pedro de Alcântara. Do programa de hoje constam combates de luta e box.

Amanhã dará concerto a banda da Sociedade Incrivel 'Almadense, e no domingo tocará a banda da G. N. R. e a aplaudida banda da Academia I. R. F. Almadense.

AGREMIÇÕES VARIAS

Grémio Civil do Monte.—Passando hoje mais um aniversário da sua fundação, promove pelas 21 horas, na sua sede, uma sessão em que deverão fazer uso da palavra o dr. sr. Jaime Gouveia que versará sobre «O problema social na actualidade», e os srs. Nunes da Silva e Martins Santarém, sobre cirios civis.

Abreilhanta a sessão, que é publica, um grupo musical.

—A Assembleia Geral deste Grémio, para apresentação do relatório e contas da gerência, e para eleição dos novos corpos gerentes, realizar-se-á no dia 29 do corrente.

Ferido pela polícia

Em estado grave, deu entrada na enfermaria de Santo António, do hospital de São José, Manuel da Silva, 19 anos, marceneiro, morador na Estrada das Laranjeiras, Pátio, 190, porto 5, que em Loures, numa desordem com a polícia, foi ferido com um tiro na cabeça.

Rendimentos dos operários

Na Morgue deu entrada um trabalhador da Câmara Municipal cuja identidade se ignora que aparenta ter 20 anos, parecendo tratar-se de um indivíduo de apelido Delgado e residir na rua da Fabrica da Pólvora em Alcântara 18 o qual na rua Ocidental do Campo Grande, caiu de um camião sobre o qual seguia e transportava entulho para umas obras que traz ali a câmara.

EDEN TEATRO

Direcção artística de HENRIQUE SANTANA

HOJE — EM DUAS SESSÕES —

A GRACIOSÍSSIMA REVISTA

FREI TOMÁS

COM O QUADRO NOVO

MERCADO DE DONZELAS

Desempenhada por Artur Rodrigues, Alvaro de Almeida, Ceresia Gomes, Joana Mouta, Viana de Sousa, Mariana Freitas, Ricardo Italia, Leonina Santos e Maria Montenegro

3 - números novos - 3

A FESTA DOS MERCADOS — O FADO DO CAMBALACHO

por Tereza Gomes e Jorge Rolão

O VARREDOR MUNICIPAL

por Jorge Rolão

Animação e alegria

Soc. Comercial do Teatro, Limitada — Feiel. N. 3837

As 5 3/4 e 10 3/4

Últimas notícias

O I CONGRESSO CONFEDERAL

Na sessão da noite de ontem falou um delegado da C. N. T. espanhola, sendo ratificada a adesão à Internacional de Berlim

(Do nosso enviado especial)

SANTARÉM, 25.—(Pelo telefone).—Rebriu a sessão às 21,15, respondendo à chamada os delegados inscritos.

Foram apresentados depois da chamada os delegados da C. N. T. espanhola, Segundo Blanco e Adelino Gonzalez, usando este da palavra num interessante discurso sobre a situação do operariado espanhol perante a ditadura de Rivera; recordou várias fases do movimento operário espanhol e os horrores das perseguições.

Referiu-se à situação de Marrocos, condenando a guerra.

Faz várias considerações sobre a união dos proletários portugueses e espanhol na Confederação Ibérica.

Criticou a atitude benévola dos socialistas espanhóis perante a tirania de Rivera. Foi muito aplaudido.

Depois prosseguiu a discussão do capítulo «Relações Internacionais».

Resolveu-se que se editasse um folheto contendo os discursos dos delegados estrangeiros, bem como os trabalhos do Congresso.

No decurso da discussão, dois delegados partidários da I. S. V. mostraram-se em desacordo com a posição internacional da C. G. T.

Foi depois aprovada a seguinte questão prévia que ratifica a adesão da C. G. T. à A. I. T.: «O Congresso, na manifestação feita ao delegado à A. I. T. e a esta Internacional reconhece que ela constitui uma cabal demonstração de concordância e bem assim uma ratificação da adesão da C. G. T. à A. I. T. e resolve dar o assunto por discutido e passar à votação do capítulo «Relações Internacionais».

Foi aprovada a questão prévia.

Entrou-se a seguir na discussão de «Congressos Corporativos e Conferências Inter-sindicais».

A discussão deste capítulo decorreu bastante animada.

Depois de largamente discutido foi aprovado.

Resolveu-se dar três sessões por dia: uma às 9 horas, outra às 13 e outra às 20,30 horas.

HORARIO DE TRABALHO

As disposições legais

A secção editorial de *A Batalha* acaba de editar, em folheto, o decreto 5.516, de 7 de Maio de 1919 e respectivo regulamento publicado no *Diário do Governo* de 20 de Maio sobre o horário de trabalho, sendo o seu preço avulso de \$50.

Aos nossos correspondentes e informadores

A fim de facilitar o serviço de redacção, convém que todos os nossos correspondentes, informadores, sindicatos, etc., aos dirigirem-nos os seus escritos atendam as normas seguintes:

- Escrever dum só lado do papel;
- Não fazer uso de tinta vermelha;
- Deixar, entre as linhas escritas, espaço suficiente para qualquer emenda;
- Expôr com clareza os assuntos que se propõem tratar, deixando para a redacção os comentários que julgarmos convenientes;
- Aos comunicados dos sindicatos que não venham carimbados, às notícias dos correspondentes, queixas ou reclamações de particulares não assinadas, não se lhes dará publicidade. A redacção guardará o sigilo de nomes.

MARCO POSTAL

Gracia do Divor—Manuel Tomás Bataha—Recebemos vale de 66\$50 que pagou a assinatura até final do corrente ano.

São João da Venda—Manuel António—Recebemos vale de 30\$00 que pagou a assinatura até ao fim do corrente mês, tendo ficado de saldo a seu favor a quantia de 1\$50.

Agenda de A BATALHA

CALENDÁRIO DE SETEMBRO

S.	D.	T.	Q.	1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.	11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.	21.	22.	23.	24.	25.	26.	27.	28.	29.	30.	31.

MARES DE HOJE
Praiamas às 7,30 e às 8,04
Paixamar às 0,30 e às 1,00

CAMBIO

Países	Compra	Venda
Sobre Londres, cheque		96\$00
Madrid, cheque		2\$86
Paris, cheque		\$94
Suica, cheque		3\$83
Bruxelas, cheque		\$87
New-York, cheque		19\$85
Amsterdão, cheque		7\$98
Itália, cheque		\$81
Brasil, cheque		\$274
Praga, cheque		\$59
Suécia, cheque		\$534
Austria, cheque		\$280
Berlim, cheque		\$474

ESPECTACULOS

TEATROS
Doliteum—A's 21,30—O Leão da Estrela.
Ripin—A's 21,30—A Gáldria.
Cem—A's 20,45 e 22,45—Frei Tomás ou o Mistério da rua Saraiwa de Carvalho.
Marta Vitoria—A's 20,30 e 22,30—Rataplan.
Colto 809—Animatografo e Variedades.
Juvenia—A's 21,30—Elmias e A. Cladas.
Il Vicente (d. Graça)—A's 20—Animatografo.
Trenião Parque—Lidas as noites—Concertos e Ilustrações.

CINEMAS
Olimpia—Chado Terrace—Salão Central—Cinema Condes—Salão Ideal—Salão Lisboa—Sociedade Pro-Motora de Educação Popular—Cine Paris—Cine Esperança—Chantier—Livoli—Tortoise.

AS OURIVESARIAS

DA FIRMA
Peixoto, Pinheiro & Maia, Lda
R. da Palma, 14 e 16
R. da Boa Vista, 22

E DA FIRMA
Peixoto, Maia & Pinheiro, Lda
R. de São Paulo, 31
R. de São Paulo, 114

são as quais se limitam
TELEFONES: C. 1322-N. 5117

Barco a gasolina

Com 15^h 30 de 15 a 20 H. P., «Kelvim», estado bom, vende José Garatua—Portimão.

CONSELHO TECNICO DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Encarrega-se da execução de todos os trabalhos que digam respeito à sua indústria, tais como: edificações, reparações, limpeza, construção de fornos em todos os géneros, jazigos em todos os géneros, fogões de sala, xadrezes, frentes para estabelecimentos e todos os trabalhos em cantarias e mármore de todas as proveniências.

Telefone — 539 Trindade
Escritório:
Calçada do Combro, 38-R. 2.º

Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses

HORARIO DOS COMBOIOS

5.º aditamento ao cartaz-horário D. 174
Serviço de Tramways entre Aveiro, Ovar, Espinho e Porto

Os comboios tramways entre Porto e Espinho, n.ºs 1501 e 1528, anunciados no 4.º aditamento ao cartaz-horário D. 174 e cujas marchas a seguir se reproduzem, continuam em circulação, respectivamente, até 16 e 15 de Outubro próximo futuro.

Comboio n.º 1501, Tramway, 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, efectua-se até 16 de Outubro: Espinho, partida, às 0,40 horas; Granja, 0,47; Aguda, ap., 0,50; Miramar, ap., 0,56; Francos, ap., 1,01; Valadares, 1,09; Madalena, ap., 1,13; Vila Nova de Gaia, 1,23; General Torres, ap., 1,27; Porto (Campanha), chegada, 1,34; Porto, 1,44.

Comboio n.º 1528, Tramway, 1.ª, 2.ª e 3.ª classes. Efectua-se até 15 de Outubro: Porto, partida, às 19,11 horas; Porto (Campanha), 19,20; General Torres, ap., 19,28; Vila Nova de Gaia, 19,32; Coimbra, ap., 19,36; Madalena, ap., 19,39; Valadares, 19,43; Francos, ap., 19,47; Miramar, ap., 19,51; Aguda, ap., 19,55; Granja, 19,59; Espinho, chegada, 20,05.

Lisboa, 18 de Setembro de 1925.
O Director geral da Companhia—Ferreira de Mesquita.

COMPANHIA NACIONAL DE NAVEGAÇÃO

Saídas em OUTUBRO
Dia 1, para as Costas Ocidental e Oriental de África, o paquete

Moçambique
Dia 15, para a Costa Ocidental de África, o vapor

São Tomé
Saídas em NOVEMBRO
Dia 1, para as Costas Ocidental e Oriental de África, o paquete

Lourenço Marques
Dia 15, para a Costa Ocidental de África, o paquete

África
Saídas em DEZEMBRO
Dia 1, para as Costas Ocidental e Oriental de África, o paquete

Angola
Dia 15, para a Costa Ocidental de África, o paquete

Pedro Gomes
Aviso importante:—São avisados os srs. carregadores de que, sendo indispensável manter as saídas nas datas anunciadas, as suas cargas têm de estar no nosso cais ou ao costado do navio, pelo menos, até 3 dias antes do dia da saída.

As bagagens devem estar no cais até à véspera da saída e liquidadas nesse dia os seus excessos, havendo-os.

Para carga, passageiros e mais esclarecimentos, trata-se:

EM LISBOA, na sede da Companhia
Rua do Comércio, 85

NO PORTO, na sua sucursal, Rua da Nova
Alandega, 34

ESTE SEGURO IMPÕE-SE A
TODOS OS TRABALHADORES

Todo o operário ou trabalhador por 33 CENTAVOS POR DIA garante aos seus, em caso de morte, um capital de ESC. 5.000\$00 pago imediatamente. Se economizar 58 CENTAVOS POR DIA DURANTE 30 ANOS garante para a sua velhice uma pensão de reforma de ESC. 100\$00 MENSAIS pagos enquanto for vivo.

Operários, trabalhadores, sede previdentes para com as vossas famílias e para com vós mesmos, segurando-vos em

A MUNDIAL
Companhia de Seguros
Sede -- Rua Garrett, 95 LISBOA

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

IMPORTANTE:
Mediante um ligeiro sobre-prémio, A MUNDIAL põe-vos-lá ao abrigo da **DOENÇA E INVALIDEZ**

Valério, Lopes & Ferreira, Lda
FERRAGENS E FERRAMENTAS

Metalis, cutelarias, talheres, louça esmaltada, parafusos, fundidos para cadeiras, — guarnições para móveis —

Chapa ferro preta e zincada

Chapa de zinco, latão e cobre, antimonio, balanças, pesos e medidas, cravo para ferrador, serras circulares e de fita, etc.

64, R. DO IMPERIO, 86—LISBOA — TELEFONE 3930, N. GRAMAS, 2444443 13

FATOS COMPLETOS E SOBRETUDOS

em boas fazendas de 11 com bons forros desde 159\$00

IMPRESSOES INGLESES com tinta e lapiz, desde 169\$00

CAPAS ALENTEJANAS desde 199\$00

CALÇAS desde 40\$00

ABATIMENTOS PARA REVENDA

O CHAVES DO CONDE BARÃO
170, Rua da Boavista, 172

Menstruação

Aparece rapidamente tomando o **FERREOL**

Não prejudica a saúde. Caixa 15\$00. Envia-se pelo correio à cobrança.

R. da Escola Politécnica 16 e 13 LISBOA

PEDRAS PARA ISQUEIROS

Metal Auer, assim como todas as peças, pistons, tubos, molas, chavetas de 1/2 e peças, limpões. Vende-se no Largo do Conde Barão, n.º 35 e quiosque.

Dirigido por Francisco Pereira Lima e a casa que trabalha em melhores condições.

CLINICA DO CHIADO
RUA GARRETT, 71, 1.º
TELEFONE C. 4135

Doenças venéreas
Para as classes pobres. Das 12 às 14 h.

LER E ASSINAR Os Mistérios do Povo

Acaba de ser posto à venda:
As três Internacionais
Amsterdã—Moscóvia—Berlim
Por SCHAPIRO

Interessante estudo, devidamente documentado, sobre a questão das Internacionais. Sindicatos divididos pelos seguintes capítulos:

- 1.—Introdução. II.—O despertar operário nas vésperas da guerra. III.—O grande silêncio. IV.—A esperança na revolução russa. V.—As bifurcações sindicais. VI.—Os princípios das Internacionais. A Federação Sindical Internacional. A Associação Sindical Vermelha. A Associação Internacional dos Trabalhadores. VII.—Influências políticas. VIII.—Fusionismo e confusãoismo. A bandeira da I Internacional.

1 folheto de 36 páginas com uma elegante capa, 1\$00; pelo correio, 1\$20.
Pedidos à administração de A Batalha.

LIMAS NACIONAIS

So a grande falta de propaganda tem andado lugar a que ainda hoje se consumem em Portugal limas estrangeiras, visto que as limas nacionais «Toros» da Empresa de Limas União Tóme Ferreira, Lda., rivalizam em preço e qualidade com as melhores limas do mundo. Experimentem, pois, as nossas limas que se encontram à venda em todos os pontos estabelecimentos de ferragens do país.

MARCAS REGISTRADAS
União Tóme Ferreira, Lda., rivalizam em preço e qualidade com as melhores limas do mundo. Experimentem, pois, as nossas limas que se encontram à venda em todos os pontos estabelecimentos de ferragens do país.

UNIAO

LER o Suplemento de A BATALHA

Serviço de livreria de A BATALHA Livros em Esperanto

Angla Lingvo sen Professore		bowski, 1 volume de 38 páginas.....	3\$00
Comédia em 1 acto de Tristan Bernard, traduzida por Gaston Moch, 1 volume de 44 páginas.....	5\$00	Hebreaj Rakontoj	
Aspazio		Contos humorísticos de Salom-Alehm, traduzidos por Is. Mu-nik, 1 volume de páginas.....	6\$00
Tragédia em 5 actos de Sventohovski traduzido pelo dr. Leono Zamenhof, 1 volume de 157 páginas.....	8\$00	Historio de la Lingvo Esperanto	
La Avarulo		Desde 1887 a 1900, Assunto sempre versado nos exames commentares de Esperanto. 1 vol. de 74 páginas.....	6\$50
Comédia em 3 actos de Molière, tradução de Sam Meyer, 1 volume de 64 páginas.....	5\$00	Imenlago	
La Barbiro de Sevilha		Novela de Theodor Storm, tradução de Alfred Bader, 1 volume de 33 páginas.....	3\$00
Comédia em 4 actos de Beaumarchais, tradução de Sam Meyer, 1 volume de 64 páginas.....	4\$00	La Interrompita Kanto	
Bildotabuloj		Pela Sino. Orseszko, tradução de Dr. Kabe. 1 vol. de 79 páginas..	3\$50
De Thora Goldsch mt. Excelente para conversação e para fixar palavras, com inúmeras estampas elucidativas; é indispensável. 1 volume encadernado....	15\$00	Kaarte	
Chaves de Esperanto		Peça em 4 actos de Paul Spaak, tradução do dr. Wyan der Biesl, 1 volume de 111 páginas.....	8\$00
Pecenas, absolutamente portáteis, esplêndidas como auxiliar e para propaganda, contendo gramática e vocabulário....	\$50	Kanto de Triunfanta Amo	
Elektilaj Premoj		Por Ivan Turgenjev, tradução de dr. Andree Fiser, 1 volume de 32 páginas.....	2\$00
De Henri Heine, tradução de Friedrich Pillath, 1 volume de luxo	2\$60	Kurludo de Toroj	
La Elementoj kaj la Fortifrado		Original de A. Carles, 1 volume de 50 páginas.....	3\$50
De Cefor, Gramática e sintaxe em Esperanto. Muito interessante. 1 volume de 64 páginas.....	5\$00	Kurso Tutmonda lau la Metodo Natura	
Esperanto et Croix-Rouge		Original de Emile Gasse, 1 vol. de 57 páginas.....	2\$50
De Bayol, Em francês e Esperanto, com a terminologia militar e de enfermagem; preciosos para conferencistas militares, 1 volume.....	2\$50	La Kvar Evangelioj	
Enciklopedio Vortareto Esperanta		Rediados num conto pelo padre Laisn y. 1 volume de 196 páginas.....	8\$00
De Verax, com explicações em Esperanto e tradução em francês, volume de 284 páginas.....	20\$00	Kvin Noveloj	
Esperantaj Poemoj		De L. E. Meyer, tradução de diversos, 1 volume encadernado.....	5\$00
De C. Chr. Dreogendijk.....	2\$35	Lupo, Hundoj kaj Homoj	
Esperantaj Prozaĵoj		Novelo de Adolph Dygasinski, tradução de Br. Kuhl, 1 volume encadernado.....	2\$50
De diversos autores, 1 volume de 246 páginas.....	8\$00	La Rego de la Montoj	
Fantomo en Zulu		Romance de Ed. Abont, traduzido por Gaston Moch, com lindas ilustrações de Gustavo Doré, 1 volume de 248 páginas.....	12\$00
De Kolomano Mikszath, tradução de Eugeno Forster.....	4\$00	La Revizoro	
Fatala Suldo		Comédia em 5 actos de N. V. Gogol, 1 volume de 100 páginas.....	8\$00
De Leonel Dalsace, obra teosófica traduzida por E. F. Cense, 1 volume de 318 páginas.....	12\$00	La Rompantoj	
Fraulino Suzano		Cinco monólogos, com estampas intercaladas no texto, 1 volume de 44 páginas.....	4\$00
Novela por Asejkenko, tradução de P. Medem, 1 volume.....	3\$00	La Rabistoj	
Frenezo		Drama em 5 actos de Schiller, 1 volume de 144 páginas.....	10\$00
Dois dramazinhos em 1 acto, originaes de F. Pujula-Vallés, 1 volume de 40 páginas.....	3\$00	Matematika Terminaro	
Fundamenta Krestomatio		Por Bricart, 1 volume de 60 páginas.....	5\$00
Compilação de L. L. Zamenhof, autor do Esperanto. Exercícios, fábulas, contos, artigos sobre Esperanto, poesias, etc., livro que todo o principiante deve adquirir. 1 volume de 460 páginas.....	15\$00	Mistero de Doloro	
La Fando de l' Mizero		Drama de Adria Qual, traduzido do catalão por F. Pujula-Vallés, 1 volume de 56 páginas.....	3\$00
De Vaclav Sieroserski, tradução do dr. Kabe, 1 volume de 88 páginas.....	3\$00	Plena Vortaro Esperanto-Esperanta	
George Dandin		Kaj Esperanto-Franca	
Comédia em três actos de Molière, engracadíssima, 1 volume de 52 páginas.....	6\$00	Por Emile Boirac, 2 volumes de 430 páginas.....	30\$00
Halka		Pervo de Marista Terminaro	
Opera em 4 actos, texto de Wolsh, tradução de Antoni Gra-		Muito ilustrado e compreensível, compilado por M. Rollet de l'Isle, 1 volume encadernado de 72 páginas.....	5\$00
		Salomé	
		Drama em um acto de Oscar Wilde, tradução de H. J. Bulthuis, 1 volume de 40 páginas.....	3\$00
		Sokrato	
		Drama em três actos de Ch. Richey tradução de J. Contaux, 1 volume de 100 páginas.....	15\$00

TODOS OS PEDIDOS de livros devem ser feitos por meio de carta registada na qual será enviada a importância respectiva, acrescida do correspondente custo do porte de correio e registo.

Os preços de porte são os seguintes:
Continente — Pacote até 2 quilos, cada 50 gramas, \$10. Encomendas postais, até 5 quilos, \$5\$0.
Brasil e países da União Postal — Pacote até 2 quilos, \$32 cada 50 gramas.
América do Norte — Pacotes até 5 quilos, \$5\$0.

Jorge de La Trémouille, camarista e ministro despota, ávido e desconfiado; o senhor de Gaucourt, soldado invejoso e feroz; Régault, bispo de Chartres, prelado velho e ambicioso.

— Que leve o diabo esse Roberto de Baudricourt! que teve a audácia de escrever directamente ao rei a induzi-lo para que acolhesse essa vaqueira!—exclamava Jorge de La Trémouille.—Carlos VII acha a aventura galante e deseja ver essa louca! Os tollos pretendem que ela é enviada por Deus... e eu assevero que ela é enviada pelo diabo a fim de prejudicar os nossos interesses!

— Há um único meio de iludir a ordem formal do rei,—replicou o bispo de Chartres.—Aquele maldito João de Novelpont tem dado tanto à língua, que o nosso senhor quer absolutamente ver essa vassala que nós mandamos encerrar na torre de Coudray no dia da chegada, a fim de ali esperar a audiência real. Aquele atrevida vagabunda está tão radiante do entusiasmo imbecil de que foi alvo da parte desses papalvos da Lorena, que se admirou muito de não ser apresentada a Carlos VII logo à sua chegada! Sangue de Cristo! o nosso rei madraço é capaz, tanto para escarnecer de nós como para se aliviar de qualquer cuidado a respeito da salvação do seu reino, de tentar a intervenção divina aceitando o socorro dessa Joana... Em tal caso, meus senhores, foi-se a influência do conselho real! Não nos resta senão abandonar o pósto.

—Eu, Raul de Gaucourt, depois de ter servido com Sancerre! com o condestável de Clisson! depois de ter vencido o turco em Nicopolis, havia de receber agora as ordens duma guardadora de gado? Morte e massacre! quebraria antes a minha espada!

—Isso são palavras, senhor Raul de Gaucourt,—disse o senhor de La Trémouille,—as palavras são impotentes em presença dos factos! O nosso amo, insolente, inconstante e covarde, como é, pode, no estado desesperado em que se acham as coisas, querer experimentar a influência, pretendida sobrenatural, dessa vaqueira... Não nos iludamos: desde o dia em

que, por minha ordem, Joana foi metida na torre de Coudray, a meia légua de distância daqui, as gritarias de João de Novelpont têm comovido uma parte da corte; o entusiasmo deste homem pela dita Joana, as suas narrações acerca da sua formosura, da sua modestia, e do génio militar que ela possui, têm inspirado grande curiosidade a muitos cortezaos.

—Agradeço pela minha parte!—exclamou Raul de Gaucourt,—pretender que uma rapariga dos campos, uma pastora, possua génio militar, é para endoidecer de raiva!

—Raul, não se exalte,—replicou o bispo de Chartres,—o meu filho em Deus, Jorge de La Trémouille, precisa os factos; ele diz a verdade... Uma parte da corte, amante das novidades, invejosa do nosso poder, desgostosa de ver grande parte dos seus domínios em poder dos ingleses, deu ouvidos às narrações exaltadas de João de Novelpont acerca dessa visionária; bom número de cortezaos tem atormentado o rei, que quer vê-la; seria absurdo e impolitico o tentar lutar contra a corrente.

—Com que então devemos ceder!—exclamou Raul de Gaucourt batendo furioso na mesa do conselho,—ceder perante essa feiticeira que se devia mandar queimar numa fogueira!

—Podemos mais tarde servir-nos da fogueira, meu caro Raul; mas por agora é torçoso ceder... Na sua qualidade de capitão experimentado, deve sabê-lo melhor do que eu, La Trémouille, que é costume tornear as posições que se não podem tomar de frente.

—Fala muito bem, meu caro tnsurador; entre amigos concorrendo para o mesmo fim, tendo os mesmos interesses, deve haver sempre a maior franqueza; vou portanto expor-lhe as minhas ideias acerca da situação actual. Consegui há já muito tempo afastar do conselho do rei os principes da casa reinante; nós reinamos... E em primeiro lugar, no que me toca, estou agora longe de desejar o termo da guerra com os ingleses e borguinhões; pelo contrário preciso que ela dure. Meu irmão, que é familiar do regente de Ingle-

terra e do duque de Borgonha, obteve deles salvaguardas para os meus domínios; ainda este ano, quando o inimigo avançou até aos muros de Orleans, as minhas terras e o meu senhorio de Sully foram respeitados. Ainda não é tudo: graças às perturbações civis e aos numerosos bandos de partidistas que tenho assalariados no Poitou, esta provincia acha-se inteiramente à minha disposição; não perco a esperança de a anexar às minhas possessões se a guerra se prolongar ainda por algum tempo. Tenho por conseguinte o maior interesse em desvanecer os projectos dessa enviada de Deus, e obstar por todos os meios a que elle já mais se realize; não quero a expulsão dos ingleses, nem o fim da guerra, porque esta guerra convém-me!... Tais são, com toda a sinceridade, os motivos pessoais que me inspiram... Agora, examinemos se os seus interesses, Régault, bispo de Chartres, e os seus, Raul de Gaucourt, não são da mesma natureza dos meus. Enquanto aos seus, senhor bispo de Chartres, se a guerra termina subitamente pela força das armas, que será feito de todas as suas negociações, urdidas há tanto tempo, quer com o regente de Inglaterra, quer com o duque de Borgonha? negociações que lhe custaram tantas fadigas e dão, com muita razão, ao rei uma tão elevada ideia da sua importância? Que será dessas garantias, dessas vantagens pecuniárias, que um negociador inteligente sempre exige dos principes com quem trata?

—Todas as minhas esperanças ficam aniquiladas, se as nossas tropas, fanatizadas por essa rapariga, obtêm a vitória no primeiro encontro com os ingleses!—exclamou o bispo de Chartres.—O regente de Inglaterra escreveu-me ainda há pouco dizendo-me que ele não estava longe de aceitar as minhas propostas de tratado, e que, acrescentava o duque de Bedford, dado esse caso, eu podia ter a certeza de obter tudo o que dele solicitava. Mas se a guerra recomeça, viva e ardente sob a inspiração dessa camponesa endiabrada, as negociações ficam rompidas, e posso dizer adeus às vantagens que esperava! Portanto, disse a

verdade, Jorge de La Trémouille, os nossos interesses ordenam-nos que nos unamos contra Joana!

—Pelo que lhe diz respeito, Raul de Gaucourt,—replicou o senhor de La Trémouille,—o senhor não ignora que Dunois, Lahire, Xaintrailles, o condestável Richemont, o duque de Alençon e outros chefes de guerra são invejosos do seu mérito, do seu assento nos conselhos do rei, e não deixarão de se declarar partidários dessa rapariga, de que farão um instrumento para o perder. Se o exército real alcança uma única vitória, a sua influencia, a sua fama militar ficarão eclipsadas pelas vantagens dos seus rivais. O nosso rei, inconstante, ingrato, e irresoluto como é, sacrificá-lo-á à primeira suspeita de traição ou de imperical.

—Com mil raios!—exclamou Raul de Gaucourt,—está-me a dar vontade de ir à torre de Coudray e mandar matar aquela feiticeira sem outra forma de processo! Nós acharemos padres que afirmem que Satanaz, seu patrono, a levou...

—O meio é violento e covarde, meu caro capitão! respondeu Jorge de La Trémouille;—pode-se chegar ao mesmo fim por outras vias. Fica entendido que nós todos três temos um interesse comum em nos ligarmos contra esta rapariga; agora convém reflectir nos meios de a perder. Começemos por si, santo bispo de Chartres, director espiritual do nosso amo; por mais devasso que ele seja, tem de vez em quando medo do diabo; não poderia o senhor insinuar a este bom rei que ele comprometteria a salvação da sua alma acreditando temerariamente as asserções daquela criatura, suposta enviada de Deus, mas que com mais razão se pode chamar enviada por Satanaz?

—Excelente ideia! replicou o bispo de Chartres. Vou demonstrar a Carlos VII a urgencia de mandar examinar Joana por peritos teólogos, os únicos aptos para reconhecer e declarar solenemente se ela obedece a alguma inspiração divina ou se, pelo contrário, é uma reles impostora possuída do espirito mau; e nesse caso, concedendo a sua confiança a esta rapariga, o nosso senhor tornar-se-ia cúmplice duma feiticeira. Eu



O CONGRESSO DOS TRABALHADORES DO LIVRO E DO JORNAL

6.ª sessão

O Congresso adere a Berlim por 4 votos contra 3

SANTARÉM, 22.—A esta sessão preside António Alves Pereira, secretariado António Carvalho e Virgílio Moura Santos. Em discussão, entra a tese «Nem por Berlim, nem por Moscúvia, nem por Amsterdão».

António Carvalho declara que tendo-se o seu sindicato constituído há pouco, sendo o seu número de filiados reduzido e estando pouco habilitado nos conhecimentos das questões internacionais, resolveu, numa assembleia geral convocada para discutir as teses, abster-se de que está em debate, não influiu, portanto, em assuntos de tal magnitude.

António Costa principia por dizer que não vem disposto a fazer discursos apaixonados por esta ou aquela internacional. Deseja que todos os delegados se portem com a devida compostura para que o Congresso continue a decorrer como até aqui.

Quando a C. G. T. fez o referendário, o Sindicato dos Impressores Tipográficos dividiu-se em três correntes: uma queria a manutenção da neutralidade, para que a unidade sindical se não fizesse; outra pronunciou-se pela adesão a Moscúvia; e a terceira pela A. I. T.—resolvendo-se, por fim, por uma pequena maioria, aderir à última internacional.

Agora, em face desta tese, e olhando aos acontecimentos decorrentes dentro da organização operária, deliberou pugnar pela neutralidade, a fim de que a família gráfica se concorde e se harmonizem todas as tendências.

Jaime Tiago faz a seguinte pergunta, referindo-se à alusão da tese em que diz que houve organismos gráficos que votaram por Berlim e outros por Moscúvia: «Qual foi a associação do Livro e do Jornal que deu a sua adesão a Moscúvia?»

Verificou que nenhuma colectividade gráfica deu uma tal adesão, e que na tese vem uma afirmação que não é exacta, Jaime Tiago diz que o não move intenção alguma de ferir qualquer internacional, mas simplesmente defender o critério do seu sindicato consubstanciado numa moção aprovada em assembleia geral, e que lê no Congresso.

Tem de cumprir integralmente o seu mandato, estando em absoluto desacordo com a tese. Passa a ler um outro documento aprovado recentemente na sua associação, cujas conclusões são:

«O Congresso dos Trabalhadores do Livro e do Jornal (5.º gráfico), reunido em Santarém nos dias 20, 21 e 22 de Setembro de 1925, resolve:

1.º Aderir à A. I. T., como sendo a única organização internacional que satisfaz plenamente os trabalhadores do livro e do jornal da região portuguesa;

2.º A Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal participará a C. G. T. esta resolução;

3.º A Federação dos Trabalhadores do Livro e do Jornal defenderá, no próximo Congresso Confederado, no caso de vir a ser discutida a questão das internacionais, a adesão à A. I. T.;

4.º A Federação do Livro e do Jornal fará a necessária propaganda nos sindicatos não representados no Congresso, ou nos que se venham a fundar, para que estes votem a adesão à A. I. T., tornando assim tão homogêneo quanto possível, o pensamento e a orientação dos Sindicatos dos Trabalhadores do Livro e do Jornal;

5.º O Congresso saia da A. I. T.»

Virgílio Moura Santos não tencionava entrar no assunto, deixando-o para o Congresso. Contudo, lamenta que Jaime Tiago fizesse à Comissão Organizadora a pergunta que fez, quando da mesma feita parte, embora, na maioria das vezes, brilhasse pela sua ausência. A Comissão Organizadora não quis falsear os factos, como fora acusada. Quando muito, poderá haver qualquer lapso.

(Estabelece-se vivo diálogo entre Virgílio e Jaime Tiago).

O presidente pede calma, correção, afirmando que quem tem ideias no cérebro, pode muito bem defendê-las com critério e serenidade.

E' lido um ofício da Federação Portuguesa dos Empregados no Comércio (Zona Norte), endereçando as suas «mais sinceras saudações e os votos mais ardentes pelo engrandecimento» da classe gráfica, «cuja orientação até hoje segue nas formas do puro sindicalismo revolucionário, muito contribuirá para o desenvolvimento progressivo do proletariado».

António Costa dá amplas explicações quanto a certos elementos que não chegaram para uma mais perfeita confecção da tese, bem como sobre a assiduidade de Jaime Tiago na Comissão Organizadora.

Jaime Tiago, acerca do seu alheamento dos trabalhos da Comissão Organizadora, elucida que ele foi forçado a tomar aquela atitude devido à discordância do seu sindicato da orientação assumida pelo delegado da F. L. J. por ocasião de 18 de Abril — e ainda à forma pouco normal como as convocações eram feitas.

Referindo-se ao referendário da C. G. T. sobre as relações internacionais, que originou apenas uma abstenção, estranha que agora haja uma disparidade de critérios.

Após a intervenção do presidente para que se entre propriamente na discussão da tese, e pondo Jaime Tiago tudo de parte desejando que os outros façam outro tanto, António Teixeira diz não poder hoje desfazer com os pés aquilo que ontem foi feito com as mãos. Referindo-se ao seu sindicato, explica que numa reunião sem mesa constituída, a tese da Federação fora aceite esquecendo-se assim as resoluções anteriores. Como, no entanto, a reconsideração é sempre uma prova de consciência, aqui estará para trabalhar pela coesão da organização operária e pela unidade de acção.

As resoluções sobre a tese devem ser devidamente ponderadas, pois tendo a maioria dos organismos federados dado a sua adesão à Internacional de Berlim, aprovou arduamente qualquer outro documento ou tomar resoluções em contrário, esquecendo-se o que anteriormente havia sido resolvido pelas verdadeiras células sindicais: os sindicatos, que não mais ainda para uma maior divisão dos efectivos sindicais, e abrir maior brecha no coração da organização operária — o que todo o delegado aqui reunido deve evitar, afirmando assim o seu muito amor pela organização

operária portuguesa em geral e pelos princípios demarcados em congressos.

O cuidado deste Congresso é não se tomarem certas decisões que, podendo ser levadas ao Congresso Confederado, acarretariam scissões, desmembramentos, cujas responsabilidades cairiam inteiramente sobre os organismos que tal provocassem.

João Rodrigues Castelo afirma que o seu sindicato, ao conservar-se neutro a quando do «referendário», teve unicamente em vista manter-se com a orientação sindicalista, evitando uma quebra de unidade pelo entrecruze de tendências. Afirma também que se não fosse aquela deliberação, os compositores de Lisboa talvez tivessem optado por Moscúvia.

Apreciando as internacionais, reconhece que a A. I. T. tem uma posição mais sindicalista, mas julga-a influenciada pelos anarquistas. A vinda desta tese ao Congresso não tem outro objectivo senão unificar a família trabalhadora. Considera muito rápida a forma como a C. G. T. lançou a circular «referendário», voltando a afirmar que a sua colectividade não teve intuições neutras, mas sim sindicalistas.

Jaime Tiago diz que se o seu organismo não votou logo pela A. I. T., embora a reconhecesse a mais sindicalista das internacionais, é porque por ocasião do «referendário» ainda não eram bem conhecidos os seus estatutos.

Como se ofereceu agora o ensejo com a tese da F. L. J., e como são agora também conhecidos os Estatutos da Internacional de Berlim e os seus métodos de acção, não podia, neste momento, deixar de dar a sua franca adesão à A. I. T.

Referindo-se à parte da tese em que afirma que a A. I. T. tem tendências anarquistas, refuta tal afirmação. O facto de lá ter anarquistas, não quer dizer que eles não tenham defendido o critério sindicalista revolucionário, embora fora da colaboração do Estado e dentro do autonomismo e federalismo.

Como se ofereceu agora o ensejo com a tese da F. L. J., e como são agora também conhecidos os Estatutos da Internacional de Berlim e os seus métodos de acção, não podia, neste momento, deixar de dar a sua franca adesão à A. I. T.

Referindo-se à parte da tese em que afirma que a A. I. T. tem tendências anarquistas, refuta tal afirmação. O facto de lá ter anarquistas, não quer dizer que eles não tenham defendido o critério sindicalista revolucionário, embora fora da colaboração do Estado e dentro do autonomismo e federalismo.

Como se ofereceu agora o ensejo com a tese da F. L. J., e como são agora também conhecidos os Estatutos da Internacional de Berlim e os seus métodos de acção, não podia, neste momento, deixar de dar a sua franca adesão à A. I. T.

Referindo-se à parte da tese em que afirma que a A. I. T. tem tendências anarquistas, refuta tal afirmação. O facto de lá ter anarquistas, não quer dizer que eles não tenham defendido o critério sindicalista revolucionário, embora fora da colaboração do Estado e dentro do autonomismo e federalismo.

Como se ofereceu agora o ensejo com a tese da F. L. J., e como são agora também conhecidos os Estatutos da Internacional de Berlim e os seus métodos de acção, não podia, neste momento, deixar de dar a sua franca adesão à A. I. T.

Referindo-se à parte da tese em que afirma que a A. I. T. tem tendências anarquistas, refuta tal afirmação. O facto de lá ter anarquistas, não quer dizer que eles não tenham defendido o critério sindicalista revolucionário, embora fora da colaboração do Estado e dentro do autonomismo e federalismo.

Como se ofereceu agora o ensejo com a tese da F. L. J., e como são agora também conhecidos os Estatutos da Internacional de Berlim e os seus métodos de acção, não podia, neste momento, deixar de dar a sua franca adesão à A. I. T.

Referindo-se à parte da tese em que afirma que a A. I. T. tem tendências anarquistas, refuta tal afirmação. O facto de lá ter anarquistas, não quer dizer que eles não tenham defendido o critério sindicalista revolucionário, embora fora da colaboração do Estado e dentro do autonomismo e federalismo.

Como se ofereceu agora o ensejo com a tese da F. L. J., e como são agora também conhecidos os Estatutos da Internacional de Berlim e os seus métodos de acção, não podia, neste momento, deixar de dar a sua franca adesão à A. I. T.

Referindo-se à parte da tese em que afirma que a A. I. T. tem tendências anarquistas, refuta tal afirmação. O facto de lá ter anarquistas, não quer dizer que eles não tenham defendido o critério sindicalista revolucionário, embora fora da colaboração do Estado e dentro do autonomismo e federalismo.

Como se ofereceu agora o ensejo com a tese da F. L. J., e como são agora também conhecidos os Estatutos da Internacional de Berlim e os seus métodos de acção, não podia, neste momento, deixar de dar a sua franca adesão à A. I. T.

Referindo-se à parte da tese em que afirma que a A. I. T. tem tendências anarquistas, refuta tal afirmação. O facto de lá ter anarquistas, não quer dizer que eles não tenham defendido o critério sindicalista revolucionário, embora fora da colaboração do Estado e dentro do autonomismo e federalismo.

Como se ofereceu agora o ensejo com a tese da F. L. J., e como são agora também conhecidos os Estatutos da Internacional de Berlim e os seus métodos de acção, não podia, neste momento, deixar de dar a sua franca adesão à A. I. T.

Referindo-se à parte da tese em que afirma que a A. I. T. tem tendências anarquistas, refuta tal afirmação. O facto de lá ter anarquistas, não quer dizer que eles não tenham defendido o critério sindicalista revolucionário, embora fora da colaboração do Estado e dentro do autonomismo e federalismo.

Como se ofereceu agora o ensejo com a tese da F. L. J., e como são agora também conhecidos os Estatutos da Internacional de Berlim e os seus métodos de acção, não podia, neste momento, deixar de dar a sua franca adesão à A. I. T.

Referindo-se à parte da tese em que afirma que a A. I. T. tem tendências anarquistas, refuta tal afirmação. O facto de lá ter anarquistas, não quer dizer que eles não tenham defendido o critério sindicalista revolucionário, embora fora da colaboração do Estado e dentro do autonomismo e federalismo.

Como se ofereceu agora o ensejo com a tese da F. L. J., e como são agora também conhecidos os Estatutos da Internacional de Berlim e os seus métodos de acção, não podia, neste momento, deixar de dar a sua franca adesão à A. I. T.

Referindo-se à parte da tese em que afirma que a A. I. T. tem tendências anarquistas, refuta tal afirmação. O facto de lá ter anarquistas, não quer dizer que eles não tenham defendido o critério sindicalista revolucionário, embora fora da colaboração do Estado e dentro do autonomismo e federalismo.

Como se ofereceu agora o ensejo com a tese da F. L. J., e como são agora também conhecidos os Estatutos da Internacional de Berlim e os seus métodos de acção, não podia, neste momento, deixar de dar a sua franca adesão à A. I. T.

Referindo-se à parte da tese em que afirma que a A. I. T. tem tendências anarquistas, refuta tal afirmação. O facto de lá ter anarquistas, não quer dizer que eles não tenham defendido o critério sindicalista revolucionário, embora fora da colaboração do Estado e dentro do autonomismo e federalismo.

Como se ofereceu agora o ensejo com a tese da F. L. J., e como são agora também conhecidos os Estatutos da Internacional de Berlim e os seus métodos de acção, não podia, neste momento, deixar de dar a sua franca adesão à A. I. T.

Referindo-se à parte da tese em que afirma que a A. I. T. tem tendências anarquistas, refuta tal afirmação. O facto de lá ter anarquistas, não quer dizer que eles não tenham defendido o critério sindicalista revolucionário, embora fora da colaboração do Estado e dentro do autonomismo e federalismo.

Como se ofereceu agora o ensejo com a tese da F. L. J., e como são agora também conhecidos os Estatutos da Internacional de Berlim e os seus métodos de acção, não podia, neste momento, deixar de dar a sua franca adesão à A. I. T.

Referindo-se à parte da tese em que afirma que a A. I. T. tem tendências anarquistas, refuta tal afirmação. O facto de lá ter anarquistas, não quer dizer que eles não tenham defendido o critério sindicalista revolucionário, embora fora da colaboração do Estado e dentro do autonomismo e federalismo.

Como se ofereceu agora o ensejo com a tese da F. L. J., e como são agora também conhecidos os Estatutos da Internacional de Berlim e os seus métodos de acção, não podia, neste momento, deixar de dar a sua franca adesão à A. I. T.

Referindo-se à parte da tese em que afirma que a A. I. T. tem tendências anarquistas, refuta tal afirmação. O facto de lá ter anarquistas, não quer dizer que eles não tenham defendido o critério sindicalista revolucionário, embora fora da colaboração do Estado e dentro do autonomismo e federalismo.

ferência inter-sindical realizada em Lisboa de tomar resoluções definitivas, perder-se-ia a partida, visto que nela tomaram parte indivíduos que nem sequer eram sindicalistas: éramos agora todos comunistas... Até nisto a Associação dos Compositores foi criteriosa.

Voltam a falar Jaime Tiago e Virgílio Moura Santos, que repete a crítica de Manuel Ardions, citando vários factos. Estabelece-se agitado diálogo entre o orador, Jaime Tiago e outros congressistas.

Delfim Pinheiro, entre outras considerações, alude ao Congresso da Covilhã, onde levou a missão de votar pela Internacional que mais se coadunasse com o sindicalismo revolucionário e, portanto, que não estivesse enfiada a qualquer partido político. Pela I. S. V. não podia votar, visto estar, sem dúvida, sujeita ao partido comunista. Pela Internacional de Amsterdão também não, em consequência das razões por todos conhecidas. Ficava a Internacional de Berlim em constituição, por ter mais aproximação com os princípios da organização operária portuguesa. Como, porém, lêse na *Batalha*, por essa ocasião, umas bases sobre a internacional de Berlim, que o puzeram em dúvida, isso forçou-o a ser um dos 22 abstencionistas. Depois, no seu sindicato, votou por Berlim, aclarada mais a situação. Mas vê-se agora o que está sucedendo, motivo porque, muito individualmente, concordou com a introdução da tese, em debate, na ordem dos trabalhos, a qual, quanto a si, não é de hostilidade à A. I. T.

Alves Pereira, em nome do seu organismo, lê este documento:

«Sobre a tese, «nem por Berlim, nem por Moscúvia, nem por Amsterdão», a classe litográfica reunida em assembleia geral no dia 17 do corrente, resolve manter a posição que tomou em assembleia geral de 9 e 14 de Maio de 1923—aderindo à Internacional de Berlim—até que um outro referendo aos sindicatos federados indique à C. G. T. uma nova atitude, atitude que pode ser definida ou de neutralidade».

António Teixeira requer que se passe à votação da tese e que apenas votem os organismos federados.

Por votação nominal, a tese é rejeitada por 4 votos contra 3, havendo uma abstenção.

Lido um telegrama da União Marítima do Porto e dois ofícios da Federação Metalúrgica de Portugal e do Sindicato Unico das Classes Metalúrgicas de Lisboa, saudando o Congresso, a sessão é encerrada.

Em Monchique

Uma scena de tiros que teve más consequências

Em Monchique, de onde é natural, reside o Inegociante de madeiras, António Quinta Nova, de 44 anos, com sua mulher Adília Quinta Nova. Antontem encontrava-se a Adília à porta da residência quando junto dela passou o carpinteiro José Albino que lhe dirigiu umas frases ofensivas à sua honra, facto este que já por mais vezes se tem repetido.

A Adília exasperada, foi munir-se duma pistola e voltando, disparou-a por duas vezes contra o José, mas os projectéis não atingiram. O negociante, que se achava próximo, acorreu às detonações, lançando-se sobre a mulher pretendendo desarmá-la, mas nesse momento a arma disparou-se indo alhala atingir no ventre o marido.

Ao ferido acudiram várias pessoas, sendo-lhe prestados ali os primeiros socorros e vindo em seguida para Lisboa, onde chegou ontem, sendo aqui num auto da Cruz Vermelha transportado ao Hospital de São José, em cujo Banco foi observado pelo cirurgião de serviço, dr. Alberto Mac-Bride, recolhendo depois de devidamente pensado à enfermaria de Santo Onofre.

Secção Telegráfica

FEDERAÇÕES

JUVENTUDES SINDICALISTAS

Santarém—António Sousa—Escreve e manda direcção.

Cotovia e Mesquita—E' imprescindível vossa comparência hoje, pelas 21 horas.

CONFERÊNCIAS

«A acção parlamentarista útil no caso das deportações?»

As deportações, obra da reacção imperante em Portugal

Promovida pelo Núcleo da Juventude Sindicalista de Lisboa realiza-se na próxima quinta-feira, pelas 20.30 horas, uma conferência pública sob este tema, na calçada do Cembro, 38-A, 2.º, no grande salão da Construção Civil. Esta conferência destina-se em parte a contraditório do dr. Amâncio de Alpoim sobre a sua última conferência realizada naquele salão sob o tema «As deportações e a situação dos operários portugueses». E' conferente Virgílio de Sousa, secretário geral deste Núcleo.

«Educação Social»

Revista de pedagogia e sociologia. Dirigida pelo prof. dr. ADOLFO LIMA. Publicação mensal.

Redacção e administração—Empresa Literária Fluminense, Limit.—R. dos Retozeiros, 125—LISBOA.

ACABA DE SAÍR

O Sindicalismo Revolucionário e a Organização Operária

Por Rodolfo Rocker. Fugoso escritor e um dos maiores oradores da Alemanha, membro da A. I. T. Folheto com 32 páginas, com um esboço biográfico do autor: Preço 1500.

Pedidos à administração de A Batalha.

A revolução Social e o Sindicalismo

Por Arkinkof. Preço \$50

No encerramento da Conferência da Construção Civil saúdam-se as vítimas do capitalismo

O delegado de Matosinhos comunica que o seu sindicato está plenamente de acordo com a cota de \$10 para o Construtor e propõe que a cota fique obrigatória.

Carlos de Araújo, de Sintra, require a votação da moção, sendo aprovada.

Alberto Lopes relata a moção sobre «Prisões e deportações».

Alfredo Dias diz que a moção não salvaguarda bem a dignidade da Organização contra os indivíduos que, à margem dela e das ideias, cometem actos condenáveis, arrastando consigo nas insurreições da prisão camaradas inocentes. Para esses que fazem vida do crime não pode ir a nossa solidariedade. Com palavras sentidas, refere-se aos que nas plagas de África, longe de nós e dos seus, sofrem uma iniquidade.

A. Inácio Martins, filia todos os possíveis excessos individuais no mal colectivo e insurge-se contra a facilidade com que se forjam cadastros.

Ao assunto referem-se ainda Alfredo Lopes, e João Gomes, ambos no sentido de que se defendam todos os deportados e presos, visto que não compete ao operário averiguar se são ou não culpados.

Santos Pereira insurge-se contra as iniquidades da república e confronta os tempos em que ao povo se oferecia liberdade com o presente em que se lhe dá a tirania, a prisão e a deportação.

A moção é aprovada.

O delegado de Cascais lê e envia para a mesa a seguinte proposta:

A Conferência da Construção Civil da região portuguesa, reunida em 2.ª sessão a 23 de setembro de 1925, na cidade de Santarém, resolve saúdar os presos por questões sociais e reclamar o regresso à metrópole dos deportados pelos mesmos motivos e que da conferência saia um ofício para o presidente do ministério, informando-o destas resoluções. O proponente, Artur da Costa Pereira.

O mesmo delegado apresenta ainda estoutro proposta: «proponho que seja criada uma cota de \$10 por mês para cada sindicato da indústria da Construção Civil, cujo capital se acumule nos respectivos sindicatos a-fim-de que os mesmos fiquem aptos a enviar delegados a conferências ou congressos desta natureza».

Por requerimento de Alfredo Lopes baixou a Federação para que a mesma sobre ela se pronuncie quando o julgue oportuno.

O delegado do Porto, referindo-se à propaganda, manifesta o desejo de que as despesas de Norte e Sul sejam descuradas.

João Miranda dá explicações.

Os delegados do S. U. C. C. de Lisboa apresentam a seguinte proposta:

«Os operários da Construção Civil, reunidos em Conferência Nacional na cidade de Santarém, a 23 de setembro, resolvem saúdar todas as vítimas do sistema capitalista que jazem enclausuradas pela questão social, endereçando-lhes os maiores protestos da mais franca solidariedade».

Por último a Conferência resolve que a mesa manifeste à Associação dos Empregados do Comércio de Santarém o seu reconhecimento pela cedência da sede.

Vai encerrar-se a sessão. Alfredo Lopes, num discurso breve e claro, põe em destaque a forma serena com todos se comportaram e o desejo de que os delegados vão pelo país fora dar praticabilidade às resoluções tomadas.

Propõe uma saudação final a toda a família trabalhadora, a qual é aclamada delirantemente com vivas à C. G. T., a *Batalha* e ao proletariado universal.

Encerrou-se a Conferência às 12.30.

LA NOVELA IDEAL

Acaba de chegar o n.º 15 desta revista intitulada «Redimida», de Fernando Claro.

Preço, \$50.—Pedidos à administração de A Batalha.

Famílias dos deportados

Devem reunir hoje pelas 12 horas, na calçada do Cembro, 38-A, 2.º, todas as pessoas de família dos deportados para assunto urgente.

Desastre com arma de fogo

No Banco do hospital de São José recebeu curativo, recolhendo depois a casa, Carlos Silva, 23 anos, do Seixal e residente na calçada dos Mestres, C. S., que quando examinava uma pistola em Azeitão a arma disparou-se, indo o projectil ferir-lo na mão esquerda.

OS QUE MORREM

FUNERAIS

Do hospital de São José sai hoje, pelas 14 horas, para o cemitério de Benfica, o funeral de João Baptista Pereira aquele descarregador da C. P., residente em Queluz e que foi colhido pelo «sud-express», em Sete Rios, na noite de 20 último, vindo a falecer na manhã seguinte na sala de observações, como então noticiamos.

Para terminar

As razões principais, se razões se podem chamar aos pretextos que serviram para a Federação Marítima se desligar da C. G. T., são apenas duas.

A primeira é que uma parte da maioria dos delegados ao Conselho Confederado não recebe, com a tolerância que deve caracterizar todos os trabalhadores, as palavras e documentos com que os delegados da minoria pretendiam defender os interesses dos trabalhadores. Foram os próprios delegados da F. M. ao C. C. quem em diversas assembleias das classes marítimas deitaram por terra esta afirmação quando diziam que algumas vezes o C. C. resolveu coisas por documentos por eles apresentados.

Quando se não dava esse facto era quando os documentos iam de encontro à orientação e à tática até aqui reconhecida como a melhor, pelo menos por uma grande maioria, e que foi dada à C. G. T. em congressos em que tomaram também parte muitas classes marítimas. Não se atacava a C. G. T. por ela se ter desviado da orientação.

Quando se não dava esse facto era quando os documentos iam de encontro à orientação e à tática até aqui reconhecida como a melhor, pelo menos por uma grande maioria, e que foi dada à C. G. T. em congressos em que tomaram também parte muitas classes marítimas. Não se atacava a C. G. T. por ela se ter desviado da orientação.

Quando se não dava esse facto era quando os documentos iam de encontro à orientação e à tática até aqui reconhecida como a melhor, pelo menos por uma grande maioria, e que foi dada à C. G. T. em congressos em que tomaram também parte muitas classes marítimas. Não se atacava a C. G. T. por ela se ter desviado da orientação.

Quando se não dava esse facto era quando os documentos iam de encontro à orientação e à tática até aqui reconhecida como a melhor, pelo menos por uma grande maioria, e que foi dada à C. G. T. em congressos em que tomaram também parte muitas classes marítimas. Não se atacava a C. G. T. por ela se ter desviado da orientação.

Quando se não dava esse facto era quando os documentos iam de encontro à orientação e à tática até aqui reconhecida como a melhor, pelo menos por uma grande maioria, e que foi dada à C. G. T. em congressos em que tomaram também parte muitas classes marítimas. Não se atacava a C. G. T. por ela se ter desviado da orientação.

Relatório da comissão de relações dos Sindicatos Marítimos e Fluviais do Sul discordantes da atitude da Federação Marítima

(Continuação da 2.ª página)

ganização operária. Os factos ultimamente sucedidos em vários organismos operários, a doutrina intrigante e insultuosa dos órgãos dessa facção, são factos bastante suficientes para comprovar a nossa afirmação. O que está sucedendo na organização marítima é exactamente uma acção com esses objectivos.

Julgamos não ser necessário demorarmos em considerações preliminares, pois que, mais alto do que todas essas considerações falam as resoluções já tomadas por mais de vinte sindicatos marítimos. Os marítimos do Norte também assim o compreenderam e de tal maneira constatarem a impossibilidade de actuarem junto da Federação Marítima, dada a caprichosa irredutibilidade dos seus dirigentes, que resolveram constituir no Norte um organismo, denominado União dos Trabalhadores Marítimos e Fluviais que por intermédio duma comissão administrativa estabeleceu relações entre todos os organismos marítimos dessa região.

Em Lisboa, na reunião de direcções dos sindicatos marítimos, efectuada em 25 de Agosto p. p., também já tinha sido nomeada uma comissão de três membros com uma limitadíssima função relacionadora. No momento em que tal resolução foi tomada ainda se supunha que o conflito não assumiria o lamentável aspecto que hoje se verifica e que torna deficiente essa simples comissão.

Dentro de breves dias terá lugar em Santarém a realização do Congresso Confederado e não será demais que o momento seja aproveitado para a realização duma conferência dos sindicatos marítimos em que seja detalhadamente discutido o conflito—em todos os seus aspectos—e tomadas as resoluções que a Conferência julgue mais convenientes.

Nesta ordem de ideias, os militantes marítimos de Lisboa e arredores, integrados nos objectivos revolucionários da C. G. T., resolvem:

1.º Saúdar todos os Sindicatos Marítimos que não se curvaram às imposições dos dirigentes da Federação.

2.º Saúdar os marítimos do Norte pela atitude enérgica que acabam de assumir.

3.º Substituir a comissão nomeada em 25 de Agosto p. p., pela Comissão de Relações dos Sindicatos Marítimos e Fluviais do Sul (Discordantes da atitude da F. M.), que esta reunião considera criada a partir do presente momento.

4.º Esta Comissão será composta por 7 membros que terá função executiva e relacionadora e que será a entidade que manterá relações com os sindicatos do Sul, com a União dos Sindicatos Marítimos e Fluviais, com sede no Porto, e com a C. G. T.

5.º As despesas que a Comissão eventualmente necessite fazer serão custeadas pelos organismos marítimos que sancionem estas resoluções e pela C. G. T.

6.º O expediente confederal deverá continuar sendo requisitado pelos sindicatos marítimos directamente à C. G. T.

7.º Preparar a realização em Santarém, para após o Congresso Confederado, duma Conferência dos Sindicatos Marítimos—confederados ou não e que discordem da atitude da Federação Marítima—em que algo de definitivo seja resolvido no sentido de terminar com o presente conflito.